

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA FLUMINENSE NO
PERÍODO DE 1930-1980**

ROSANA DA SILVA FERREIRA CRUZ
matrícula nº: 092105252

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

SETEMBRO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA FLUMINENSE NO
PERÍODO DE 1930-1980**

ROSANA DA SILVA FERREIRA CRUZ
matrícula nº: 092105252

SETEMBRO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

Dedico este trabalho a minha família, que tanto contribuiu para minha formação.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as transformações ocorridas no Rio de Janeiro no período de substituição de importações (1930-1980), dentro do contexto do processo de expansão e modernização da economia nacional.

Primeiramente descreveremos o processo de inserção da economia fluminense na economia nacional até as duas primeiras décadas do século XX, destacando os ciclos de expansão importantes para se entender a dinâmica da indústria do Rio de Janeiro.

A partir de então, abordaremos o desempenho dos setores da economia do Rio de Janeiro durante o processo de industrialização nacional, verificando a trajetória de crescimento e comparando com a média nacional.

Nesse contexto, mostraremos as principais transformações na economia estadual durante a década de 1980, analisando o impacto da transferência da capital federal para Brasília em 1960 e a posterior fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e o processo de desconcentração industrial nacional acelerado na década de 1970.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| FRONAPE | Frota Nacional de Petroleiros |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| VTI | Valor da Transformação Industrial |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - PRODUÇÃO CAFFEEIRA EXPORTÁVEL POR REGIÃO (EM MIL SACAS)..... | 7 |
| TABELA 2 – POPULAÇÃO DO BRASIL, CIDADE E ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1800-1920)..... | 8 |
| TABELA 3 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR SETOR (%) | 10 |
| TABELA 4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)..... | 11 |
| TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL EM 1920..... | 12 |
| TABELA 6 - EXPORTAÇÕES DE SÃO PAULO (%)..... | 17 |
| TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DO RJ NO PIB NACIONAL | 22 |
| TABELA 8 - ESTRUTURA INDUSTRIAL NO RIO DE JANEIRO POR CLASSE DE GÊNERO..... | 25 |
| TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA RENDA NACIONAL | 27 |
| TABELA 10 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS SETORES NO PERÍODO DE 1939-80 (% A.A)..... | 27 |
| TABELA 11 - EXPANSÃO DO PIB DO SETOR AGROPECUÁRIO (%)..... | 28 |
| TABELA 12 - CRESCIMENTO (%) DA ÁREA PRODUZIDA (EM HECTARES) NO PERÍODO DE 1960-80:..... | 28 |
| TABELA 13 – TAXA DE EXPANSÃO DO PIB DO SETOR INDUSTRIAL (% A.A)..... | 30 |
| TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO VTI NACIONAL (%)..... | 31 |
| TABELA 15 - EXPANSÃO DO PIB NO SETOR TERCIÁRIO (%)..... | 33 |
| TABELA 16 – PARTICIPAÇÃO DO ERJ NA RENDA TERCIÁRIA NACIONAL | 33 |
| TABELA 17- PARTICIPAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO NA RENDA DO RIO DE JANEIRO..... | 34 |
| TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA (%) DO PAÍS..... | 36 |
| TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO PIB NACIONAL (%)..... | 39 |
| TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA RENDA DO BRASIL POR SETORES: 1980-1990 (%)..... | 43 |
| TABELA 21 - PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO RJ E NO BRASIL (1980-1990)..... | 45 |
| TABELA 22 – TOTAL DE OCUPADOS NO SETOR INDUSTRIAL (EM MIL PESSOAS) E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NACIONAL (%): | 46 |
| TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO NO VTI NACIONAL (%)..... | 47 |
| TABELA 24 – TOTAL DE OCUPADOS NO SETOR DE SERVIÇOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS (EM MIL PESSOAS) E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NACIONAL (%): | 49 |
| TABELA 25 - PARTICIPAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO NA RENDA NACIONAL (%)..... | 49 |
| TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO ESTADO DO RIO DO JANEIRO E DE BRASÍLIA NO PIB NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 50 |
| TABELA 27 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO NO PIB DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | 51 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO 1 - A INSERÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE NA ECONOMIA NACIONAL ENTRE A ECONOMIA DO OURO E A GRANDE CRISE DE 1929..... | 3 |
| 1.1 - A ECONOMIA AURÍFERA NO SÉCULO XVIII | 3 |
| 1.2 - A ECONOMIA CAFEIEIRA: APOGEU E CRISE..... | 4 |
| 1.3 - O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO ATÉ A DÉCADA DE 1920 | 8 |
| CAPÍTULO 2 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE ENTRE 1930-1980. | 15 |
| 2.1 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO ENTRE 1930-1955..... | 15 |
| 2.1.1 - <i>Industrialização restringida (1930-1955)</i> | 16 |
| 2.2 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1956-1980..... | 18 |
| 2.2.1 - <i>Industrialização pesada (1956-1980)</i> | 18 |
| 2.3 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE NO PERÍODO DE 1930-1955 | 20 |
| 2.4 - A EXPANSÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE NO PERÍODO DE 1956-1980 | 21 |
| 2.4.1 - <i>A transferência da capital federal para Brasília</i> | 22 |
| 2.4.2 - <i>A dinâmica industrial na década de 1970</i> | 23 |
| 2.5 - DESEMPENHO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PERÍODO 1930-1980..... | 26 |
| 2.5.1 - <i>Setor Agropecuário</i> | 27 |
| 2.5.2 - <i>Setor Industrial</i> | 29 |
| 2.5.3 - <i>Setor Terciário</i> | 33 |
| CAPÍTULO 3 - A CRISE NO RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990..... | 36 |
| 3.1 - ANTECEDENTES DA CRISE | 36 |
| 3.1.1 - <i>A trajetória do Rio de Janeiro no período de crise</i> | 38 |
| 3.2 - O IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA BRASÍLIA NA CRISE DE 1980 | 40 |
| 3.3 - O DESEMPENHO DOS SETORES DA ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO DURANTE A CRISE..... | 42 |
| 3.3.1 - <i>Setor Agropecuário</i> | 42 |
| 3.3.2 - <i>Setor Industrial</i> | 44 |
| 3.3.3 - <i>Setor Terciário</i> | 48 |
| CONCLUSÃO | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 56 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é estudar a trajetória da economia do Rio de Janeiro no período de 1930/1980, no âmbito do processo de industrialização nacional por substituição de importações. Dentro desse contexto pretendemos analisar as principais transformações da economia fluminense no processo de modernização e expansão da economia nacional e em seus principais setores produtivos. E verificar a trajetória de crescimento, nas contínuas perdas de participação na renda nacional, freqüentemente denominado de “esvaziamento econômico”.

A formação econômica do Rio de Janeiro foi constituída por importantes etapas, dentre as quais podemos destacar: o ciclo do ouro, a cultura cafeeira, a industrialização e a transferência da capital.

No primeiro capítulo, vamos descrever os principais fatos ocorridos no período da Economia do Ouro até a Grande Depressão ocorrida em 1929, para compreendermos o processo de inserção da economia fluminense na economia nacional.

Descreveremos o desempenho e a importância da atividade cafeeira para a economia fluminense, as causas para o seu declínio e como influenciou na evolução econômica do Rio de Janeiro nas décadas seguintes.

E, por último, relataremos sobre o desempenho da indústria fluminense na década de 1920, que embora fosse a economia urbana mais moderna do país e sua indústria fosse altamente diversificada, perde a posição de principal centro industrial do país para São Paulo.

O segundo capítulo compreende o período de expansão da economia fluminense entre 1930 e 1980, onde vamos mostrar dentro do contexto de expansão da economia brasileira, caracterizada pelo processo de substituição de importações, o desempenho da economia fluminense.

Nesse sentido, vamos dissertar sobre as medidas implantadas durante as fases de industrialização (restringida e pesada) por qual passaram a economia nacional e como afetaram a economia fluminense.

Ainda neste capítulo, faremos uma análise do desempenho dos diferentes setores produtivos da economia fluminense, com o objetivo de identificar as suas trajetórias de evolução.

No terceiro capítulo, abordaremos a economia fluminense na década de 1980, verificando as principais transformações ocorridas e suas conseqüências. Abordaremos os antecedentes da crise, como o impacto da transferência da capital para Brasília em 1960, que começou a influenciar efetivamente a situação econômica do Estado a partir de 1970.

Também dissertaremos sobre o desempenho dos setores produtivos da economia fluminense no período da crise, verificando quais setores mais perderam participação na renda nacional.

CAPÍTULO 1 - A inserção da Economia Fluminense na Economia Nacional entre a Economia do Ouro e a Grande Crise de 1929.

Neste capítulo, vamos apresentar como se deu o processo de formação econômica do Rio de Janeiro, abrangendo o período da Economia do ouro (século XVIII) até a Grande Depressão (1929). Abordaremos inicialmente o período da economia aurífera, mais adiante a economia cafeeira e sua importância para a região e os impactos da grande Crise de 1929 na economia fluminense e, por último, o desempenho da indústria fluminense nos anos 20.

Através da análise do processo de formação econômica do Rio de Janeiro, objetivamos entender como algumas características e especificidades inerentes a economia fluminense vão refletir nesse processo nas décadas seguintes.

1.1 - A Economia Aurífera no século XVIII

A economia fluminense obteve maior destaque na fase colonial durante o período da atividade aurífera. O ciclo do ouro e a agricultura permitiram a formação de povoamento ao longo do território fluminense, tanto na parte litorânea com a expansão da atividade portuária, quanto no interior em regiões próximas ao deslocamento das áreas de mineração para o porto.

Desde a época colonial, o Rio de Janeiro era um importante centro de comércio. De acordo como Egler, a economia açucareira estimulou o desenvolvimento do porto no Rio de Janeiro e o comércio promoveu o seu desenvolvimento urbano.

Segundo Egler: a extração aurífera se deu em um momento em que os capitais portugueses não tinham condições de organizar um empreendimento em larga escala, ao contrário da “empresa colonial” açucareira que quando se expandiu no Brasil, Portugal detinha o monopólio mundial do produto. (1979:42)

Nesse contexto, Portugal vai tentar obter o maior ganho possível nesta atividade através do comércio e da cobrança de tributos. Em 1763, a capital federal foi transferida de Salvador (BA) para a cidade do Rio de Janeiro, devido à importância da mineração para a economia colonial e para se controlar melhor a produção, fazendo com que o Rio de Janeiro passasse a desempenhar papel fundamental na economia e política brasileira.

Posteriormente, em 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, o Rio obteve vantagens com importantes investimentos realizados em seu território, havendo uma melhora na infra-estrutura urbana e de serviços. Com a liberalização dos portos (ruptura da exclusividade entre colônia e metrópole), a cidade pôde incrementar as suas atividades comerciais e financeiras. Isso possibilitou ao Rio de Janeiro crescer, mesmo quando da decadência da extração do ouro. A cidade já possuía uma economia agroexportadora tendo o açúcar e aguardente como os seus principais produtos, sendo o principal pólo de exportação do país.

Mais adiante, em 1815, a cidade tornou-se a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nesse período, a Revolução Industrial estava em seu auge no Brasil e na Inglaterra, e a economia aurífera em decadência no Brasil.

De acordo com Egler, o Rio de Janeiro foi beneficiado com a interiorização da produção colonial, pois as suas atividades comerciais foram expandidas. E, portanto, quando a mineração entrou em declínio a atividade comercial também foi afetada, mas estaria formada uma nova classe detentora de capital, uma nascente burguesia. Essa burguesia iria constituir futuramente, com o incentivo do estado, a formação da cultura cafeeira.

Como veremos a seguir, essa atividade vai conseguir desempenhar papel fundamental na economia fluminense e nacional, ainda que com alguns entraves ao posterior desenvolvimento econômico da região.

1.2 - A Economia Cafeeira: apogeu e crise

A Economia Cafeeira foi o mais importante ciclo econômico brasileiro, fazendo com que o Brasil voltasse a ter participação expressiva no mercado mundial. A queda no preço do café e o aumento de sua oferta favoreceram a ampliação de seu consumo em todo o mundo.

A cultura de café possibilitou a economia brasileira desempenhar papel fundamental no mercado mundial. E a economia fluminense foi destaque nessa produção, pois reunia condições importantes para o incremento da cultura cafeeira, como a disponibilidade de terras propícias ao desenvolvimento do cultivo (Vale do Paraíba), mão-de-obra (escrava), burguesia provida de capital e a demanda do mercado internacional pelo café.

O ápice da cultura do café no Rio de Janeiro foi no período entre 1820 e 1870, quando foi o maior produtor e exportador do produto. Embora a produção do café acontecesse nas áreas rurais, o financiamento e a comercialização eram realizados na cidade.

Segundo Celso Furtado, em toda a etapa da formação da economia cafeeira, os interesses da produção e do consumo estavam entrelaçados. Os cafeicultores organizavam e direcionavam a produção e interferiam na política econômica e financeira. A proximidade da capital do país era uma grande vantagem para os cafeicultores, pois eles sabiam da importância que o governo tinha como instrumento de ação econômica. Esse fato de subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico se ampliaria com a conquista da autonomia estadual mais tarde, com a Proclamação da República. A descentralização do poder faria com que houvesse uma integração maior dos cafeicultores com a estrutura político-administrativa.

A cidade do Rio de Janeiro representava o principal mercado consumidor do país e os hábitos de consumo da sua população se transformaram com a chegada da Corte Portuguesa (1808).

Para abastecer esse mercado, constituiu-se uma atividade econômica de certa importância, formando então um grupo de empresários comerciais locais. Grande parte desses empresários acumulou capital e passou a financiar a atividade cafeeira.

A vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, como dito anteriormente, possibilitou grandes vantagens como os investimentos no seu território, como também para a comercialização nos portos, e a melhora na infra-estrutura da cidade. Todos esses fatores favoreceram a dinâmica cafeeira. A construção das estradas de ferro permitiu a centralização de atividades comerciais na cidade do Rio de Janeiro em relação ao seu interior, favorecendo os que tivessem ligação ferroviária.

Em 1834, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser município-neutro, separando o Rio de seu interior, transformando a cidade de Niterói em capital do Estado.

Esse fato proporcionou conseqüências importantes. A primeira foi o aumento das desigualdades entre a cidade do Rio e o restante do Estado, uma vez que, a primeira obteve

vantagens com os gastos públicos centralizados em seu território. Por outro lado, o restante do Estado ficou com a produção de produtos primários, e a cidade ficou com as funções administrativas, financeiras e comerciais. Com o aumento do preço dos escravos por volta de 1850 e aumento da demanda por essa mão-de-obra, muitos escravos foram transferidos da cidade para as fazendas.

A produção cafeeira, no Rio de Janeiro passou a operar a custos crescentes e, a partir de 1880, começou a declinar. Além do problema da mão-de-obra escrava que também limitava o mercado interno e, portanto, a expansão da produção doméstica, a cultura cafeeira fluminense enfrentou outros entraves, como a escassez de terras férteis, os elevados custos fixos e de capital imobilizado.

No período de 1876 e 1880, a produção de café fluminense passava de 1,9 milhões de sacas de café e em 1881-1890 atingiu a marca de quase 2,2 milhões de sacas e entre 1891 e 1900 cai para menos de um milhão de sacas de café.

Cano descreve que “a ausência de um sistema financeiro, a subordinação que o capital mercantil exercia sobre esse café e a pressão violenta de seus custos econômicos abreviou a agonia da cafeicultura fluminense. Sua fase de expansão (...) fez-se a custos crescentes. E a concorrência encarregou-se do resto (...)” (Cano, 2002:51 apud Silva, 2004:8).

Se de um lado a cafeicultura fluminense declinava, a cafeicultura paulista crescia cada vez mais, superando a primeira a partir de 1891. E também foi superada pela mineira a partir de 1891 e pela capixaba a partir de 1921.

A economia cafeeira paulista contava com mão-de-obra livre, ao invés dos escravos. Nesse sentido, segundo Egler, o papel do imigrante estrangeiro foi fundamental para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a partir de 1860, quando começa a expansão da cultura cafeeira paulista, surge o Colonato como “nova relação de trabalho”, que consistia em um salário fixo de acordo com a colheita e a possibilidade de produzir para si numa parcela de terra da fazenda.

De acordo como mesmo autor, a partir de 1886 com o desenvolvimento da cultura de café paulista no regime de mão-de-obra imigrante com o apoio do Estado, com as estradas de

ferro possibilitando o transporte da produção e com o porto de Santos, essa cultura se expandiu até ultrapassar a fluminense a partir de 1890.

Apesar de ter sido ultrapassada por São Paulo, a economia fluminense continuou financiando e exportando a produção mineira e a capixaba. E continuou sendo a economia urbana mais moderna do país.

Tabela 1 - Produção cafeeira exportável por Região (em mil sacas)

| <i>Média Anual</i> | <i>SP</i> | | <i>RJ</i> | | <i>MG</i> | | <i>ES</i> | | <i>Total</i> | |
|--------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|-----------|-----|--------------|-----|
| | Vol | % | Vol | % | Vol | % | Vol | % | Vol | % |
| 1876- 1880 | 925 | 24,3 | 1.987 | 52,2 | 767 | 20,2 | 124 | 3,3 | 3.803 | 100 |
| 1881-1890 | 2.138 | 37,1 | 2.176 | 37,8 | 1.200 | 20,8 | 250 | 4,3 | 5.764 | 100 |
| 1891-1900 | 4.775 | 60,5 | 911 | 11,5 | 1.787 | 22,7 | 416 | 5,3 | 7.889 | 100 |
| 1901-1910 | 9.252 | 68 | 995 | 7,3 | 2.772 | 20,4 | 579 | 4,3 | 13.598 | 100 |
| 1911-1920 | 9.306 | 70,2 | 812 | 6,1 | 2.446 | 18,4 | 700 | 5,3 | 13.264 | 100 |
| 1921-1930 | 11.131 | 66,5 | 945 | 5,6 | 3.445 | 20 | 1.210 | 7,2 | 16.731 | 100 |

Fonte: Apud Silva. (SP, RJ e MG): Taunay, A. de Fraga, C.C.
(ES): Rocha & Cossetti apud Cano (2002)

A produção de café no Rio de Janeiro caiu fortemente de 2.176 milhões de sacas no período de 1881-90 para 911 mil sacas na década seguinte, enquanto a paulista mais que dobrou a sua produção no mesmo período.

A cultura cafeeira consolidou o perfil comercial da cidade do Rio de Janeiro, pois sua produção escoada pelo porto incrementou as atividades situadas em seu entorno, além de ser a principal atividade agro-exportadora geradora de renda. A utilização de mão-de-obra escrava nas lavouras (o que mais tarde vai se transformar em um grande entrave ao desenvolvimento da economia fluminense) também foi uma característica marcante dessa atividade. E, por último, a expansão das estradas de ferro favoreceu as regiões cortadas por elas em detrimento das que não tinham ligação ferroviária em seu território.

Algumas diferenças importantes foram acentuadas no período da cultura cafeeira, como aquelas referentes à cidade e ao seu interior. A cidade conseguiu se desenvolver graças ao gasto público com a presença do governo em seu território e da comercialização do café. Já o interior, responsável pela produção de café, a partir do momento em que começaram a

surgir obstáculos, sentiu diretamente os seus efeitos negativos e não encontrou produto que o substituísse.

Os efeitos do declínio da cultura cafeeira na região fluminense foram atenuados pelo seu papel central na economia do país. A cidade era a capital federal e usufruiu do gasto público.

Embora a cultura cafeeira tivesse alguns entraves iniciais, que mais tarde acabariam por decretar o seu declínio, conseguiu ser a atividade agro-exportadora mais importante da economia fluminense no século XIX, também permitindo que a economia nacional voltasse a exercer papel de destaque no mercado mundial.

Contudo, não podemos esquecer os impactos negativos que o modo escravagista dessa atividade vai exercer sobre a agricultura e posteriormente a indústria fluminense nas décadas seguintes, assim como a economia fluminense como um todo.

1.3 - O desempenho da indústria no Rio de Janeiro até a década de 1920

No período entre o final do século XIX e início do século XX, houve uma expressiva expansão manufatureira no território fluminense.

Todas as atividades desenvolvidas no seu território durante a cultura cafeeira possibilitaram grandes fluxos de migração, conduzindo a um aumento expressivo de sua população, como também das atividades comerciais e financeiras.

Tabela 2 – População do Brasil, Cidade e Estado do Rio de Janeiro (1800-1920)

| <i>Ano</i> | <i>Brasil*</i> | <i>% anual</i> | <i>Cidade**</i> | <i>% anual</i> | <i>Estado**</i> | <i>% anual</i> |
|------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| 1800 | 2,3 | ---- | 43 | ---- | ---- | ---- |
| 1850 | 8,0 | 2,5 | 181 | 2,9 | ---- | ---- |
| 1872 | 10,1 | 1,0 | 275 | 1,9 | 1058 | ---- |
| 1890 | 14,3 | 1,9 | 523 | 3,6 | 1399 | 1,5 |
| 1900 | 17,3 | 2,0 | 691 | 2,8 | 1737 | 2,3 |
| 1910 | 23,2 | 2,9 | 905 | 2,7 | 2112 | 1,9 |
| 1920 | 30,8 | 2,9 | 1158 | 2,5 | 2717 | 2,2 |

Fonte: Apud Silva. IBGE, Anuário Estatístico apud melo (2001) * em milhões ** em milhares

A cidade do Rio de Janeiro cresceu em proporção superior à média nacional no período de 1800 a 1900. O crescimento do Rio de Janeiro foi financiado pelos impostos arrecadados pela União e pelas taxas de comércio de importação e exportação das mercadorias que circulavam em seu porto. E também detinha os capitais excedentes da cultura cafeeira.

Apesar do declínio da cultura cafeeira, a economia fluminense como vimos não foi atingida imediatamente por seus desdobramentos, já que desempenhava outros papéis na estrutura econômica brasileira. O gasto público foi muito importante para que a economia fluminense permanecesse dinâmica nesse período.

Segundo Silva, até 1850, a atividade manufatureira era composta por pequenas fábricas voltadas para o mercado interno. Mas, a partir de 1870, iniciou-se um processo de modernização da indústria fluminense com grandes indústrias com destaque para o trabalho assalariado e máquinas modernas. A região passou a sediar grandes indústrias com participação expressiva na indústria nacional, aumentando o seu mercado consumidor.

Até o ano de 1864, o financiamento da economia cafeeira fluminense era feito pelas Casas Bancárias, que faliram em grandes proporções. A crise cafeeira do Vale do Paraíba foi agravada com a Abolição da Escravatura em 1888. Com os escravos livres, os fazendeiros viram a sua situação piorar. A partir de 1889 – ano da Proclamação da República, Rui Barbosa assume o Ministério da Fazenda, visando promover grandes reformas nas instituições financeiras, proporcionando condições para o crescimento econômico no país através da industrialização.

A essa altura, em função do agravamento da situação dos agricultores fluminenses, desenvolveu-se forte pressão para a adoção de uma política monetária expansionista. Paralelamente, o sistema financeiro passou a concentrar a participação de bancos estrangeiros e o Banco do Brasil, diminuindo o financiamento para a economia cafeeira local. Por outro lado, os títulos públicos eram uma opção de risco menor de investimento e uma forma do governo aumentar o meio circulante da economia.

Visando resolver o problema da escassez de moeda, Rui Barbosa [que havia assumido o Ministério da Fazenda] cria a Lei Bancária de 17 de junho de 1890, estabelecendo a emissão bancária lastreada em títulos da dívida pública.

Nessa fase que dura até 1892, denominada “encilhamento”, com a crise cafeeira, os investimentos passaram a se diversificar, com ações em diversas áreas. A Bolsa de Valores passou a ter papel essencial como meio de direcionar capital para a indústria. Ocorre então um expressivo aumento das transações financeiras, mas também de especulação financeira. Devemos salientar que outro fator que facilitou a industrialização foi a revogação em 1882 da Lei dos “Entraves” – Lei n 1.083, de 22/08/1860 – que facilitou a formação de diversas indústrias, uma vez que se poderia criar companhias e sociedades anônimas sem autorização prévia do governo (excluindo os bancos comerciais) .

Portanto, nas primeiras décadas do século XX, a indústria fluminense teve participação essencial na produção. Os setores de alimentação e têxtil tinham destaque na produção industrial fluminense, como podemos ver na tabela 3.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República foi o centro da industrialização e no período entre 1889 e 1907 tinha a metade das empresas relacionadas no censo industrial de 1907 em seu território.

Tabela 3 – Produção Industrial por setor (%)

| <i>SETOR</i> | <i>1907</i> | <i>1919</i> |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Alimentação | 26,7 | 37,9 |
| Moagem de cereais | 10,2 | 13,2 |
| Refino de açúcar | 5,9 | 6,3 |
| Cerveja | 4,3 | 6,5 |
| Aparelhos de Transporte | 6,4 | 2,8 |
| Cerâmica | 2,2 | 1,4 |
| Vestuário | 15,9 | 17,5 |
| Chapéu | 3,8 | 2,5 |
| Edificação | 1,2 | 0,4 |
| Madeira | 6,3 | 3,0 |
| Metalurgia | 6,6 | 5,3 |
| Mobiliário | 3,3 | 2,4 |
| Produtos químicos | 9,4 | 6,6 |
| Têxtil | 20,6 | 20,6 |
| Fiação e Tecelagem | 19,8 | 19,5 |
| Couros e Peles | 0,6 | 1,6 |
| Outras | 0,8 | 0,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Apud Egler. Lobo, E. L. – Opus cit., p. 606 a 608

De acordo com a tabela acima, podemos observar que a estrutura industrial fluminense era bem diversificada. O setor de vestuário aumentou de 15,9 % para 17,5% e o de alimentação de 26,7% para 37,9%. O setor de couro e peles cresceu de 0,6% para 1,6%. Porém o setor têxtil manteve em 20,6% a sua participação na produção industrial. Vários setores perderam participação no período.

A indústria têxtil e a de alimentação se expandiram na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Egler, em 1907 o setor têxtil, mais especificamente, a fiação e tecelagem detinham 22 estabelecimentos, concentrando 20% do valor da produção, 29,5% dos operários e 50,0% da força motriz empregada na indústria.

Por outro lado, o antigo Estado do Rio de Janeiro, esse setor representava 40,7% do valor da produção, 54,6% dos operários em 25 estabelecimentos.

Egler enfatiza que: considerando a indústria de fiação e tecelagem como núcleo da transição da manufatura para indústria o Estado do Rio de Janeiro (Antigo Estado do Rio mais o Distrito Federal) detinha 38,3% da produção nacional enquanto São Paulo apresentava 26,3% desse total. (1979:118)

A indústria fluminense era mais diversificada que a paulista, isso se deveu ao fato da primeira ser a capital da República e grande centro urbano. Mas vários de seus setores produtivos eram compostos de atividades artesanais.

Tabela 4 - Produção industrial (%)

| <i>Região</i> | <i>1907</i> | <i>1919</i> |
|---------------|-------------|-------------|
| RJ | 37,6 | 28,5 |
| SP | 16,1 | 30,0 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Industrial

Podemos notar a supremacia paulista em relação ao Rio de Janeiro, pois São Paulo que detinha no censo anterior 16,1% da produção industrial quase dobrou sua participação em 1919, enquanto o Rio de Janeiro declinou de 37,6% para 28,5%.

O Rio de Janeiro sob os efeitos da crise cafeeira (com custos elevados) perde o dinamismo industrial, enquanto São Paulo opera em setores novos dotados de tecnologia, com mais dinamismo do mercado interno e escalas de produção maiores.

Em 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial, São Paulo se consolidava como grande pólo industrial, mesmo com condições desfavoráveis no comércio externo, exportando 45,9% da sua exportação total para o restante do país.

Tabela 5 - Participação no setor industrial em 1920

| <i>Região</i> | <i>Estabelecimentos</i> | <i>Operários</i> | <i>Capital</i> | <i>Produção</i> |
|--------------------|-------------------------|------------------|----------------|-----------------|
| Rio de Janeiro | 14,9% | 26,5% | 32,5% | 28,5% |
| - Distrito Federal | 11,5% | 20,4% | 25,6% | 22,3% |
| - Rio de Janeiro | 3,4% | 6,1% | 6,9% | 6,2% |
| São Paulo | 31,1% | 30,5% | 29,6% | 33,0% |
| Outros | 54,0% | 43,0% | 37,9% | 38,5% |
| Brasil | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: Apud Egler – Recenseamento Geral de 1920.

De acordo com Egler, a década de 1920 teve como característica a continuação de política de valorização do café, o que facilitou a nova expansão não somente em São Paulo, como também em Minas Gerais e principalmente no Espírito Santo, o que acabou beneficiando o Rio de Janeiro, enquanto centro comercial e portuário, criando novos mercados para a sua indústria.

Por outro lado, a sua indústria têxtil enfrentou uma crise nesse período, pois havia um custo muito alto de matéria-prima, como também a competição com os produtos importados.

Apesar do Rio de Janeiro ter sido o centro da industrialização no país, perde para São Paulo essa posição no final da primeira guerra mundial. Os dados da tabela acima [tabela 4] mostram a arrancada paulista em relação ao Rio de Janeiro na participação industrial. No censo de 1919, São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro com 30% contra 28,5% do primeiro.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da indústria paulista foi favorecido pela expansão cafeeira, baseada na mão-de-obra imigrante.

A Crise de 1929 foi uma grande depressão econômica e persistiu durante a década de 1930. Com a quebra da Bolsa de Nova York, seus efeitos atingiram diversos países, tendo como conseqüências queda na taxa do PIB, da produção industrial, do preço das ações em vários países e altas taxas de desemprego. Nesse cenário diversos bancos e indústrias faliram.

Com os efeitos da crise de 1929, o Rio de Janeiro não consegue acompanhar a expansão da indústria paulista. Silva afirma que além de São Paulo ter se expandido e confirmado o seu perfil industrial, também teria sido beneficiado pelas medidas tomadas pelo governo brasileiro no período posterior a crise.

Uma diferença marcante entre a economia fluminense e a paulista, apontada por vários autores foi a relação direta entre o complexo cafeeiro com base escravagista e a indústria fluminense¹. Por outro lado, a economia paulista baseada no trabalho livre conseguiu ampliar o seu mercado de alimentos e produtos industriais de consumo (desenvolvendo agricultura e indústria), fazendo com que no censo de 1919 ocupasse a posição de principal centro industrial do país.

No processo nacional de substituição de importações iniciado pelo governo com o aumento da produção doméstica, leva a queda de importância do Rio de Janeiro com distribuidor de mercadorias importadas.

Podemos afirmar que no processo de industrialização da economia fluminense e paulista, a agricultura exerceu papel fundamental. Isso porque esse setor produtivo da economia é fundamental para o crescimento da economia como um todo. A economia fluminense não conseguiu expandir suas fronteiras agrícolas, como no caso de São Paulo.

A agricultura fluminense pouco desenvolvida não conseguiu suprir a demanda crescente de alimentos e matéria-prima, assim como a sua mão-de-obra tinha um alto custo.

Um dos entraves foi o desenvolvimento do complexo cafeeiro com base escravista, que limitou o seu mercado consumidor de alimentos e produtos industriais e acabou dificultando o desenvolvimento da agricultura (setor fundamental que promoveria encadeamentos na economia) e afetou a indústria e a economia fluminense como dito anteriormente.

¹ Este fato não permitiu o desenvolvimento da agricultura (mão-de-obra escrava e má utilização das terras), fazendo com que se tornasse precária e impondo a região importar alimentos e matérias-primas de outras regiões. Como também tornou a indústria pouco competitiva (embora diversificada) e atingiu o setor terciário.

Três características da formação econômica do Rio de Janeiro vão desempenhar um papel muito importante em sua evolução posterior: a fragilidade de sua agricultura, a grande importância do investimento e do gasto público em seu crescimento econômico e a separação entre capital e interior do estado.

A economia fluminense não conseguiu desenvolver uma agricultura moderna capaz de impulsionar a atividade industrial e a economia como um todo, perdendo a posição de maior centro econômico para São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A posição de capital federal representou para a cidade do Rio de Janeiro diferenciação das demais regiões do país. Primeiramente, a capitalidade exercida pela região graças ao status político, social, econômico e cultural; como também os gastos públicos realizados em seu território e a forte dependência da presença federal.

A importância de várias empresas estatais, instituições financeiras, órgãos públicos tornou a economia fluminense muito dependente do investimento público. Ao longo de quase dois séculos como capital federal, o Rio de Janeiro foi beneficiado política e economicamente, uma vez que era o centro de decisão nacional e a economia urbana mais moderna do país. Mas nas décadas seguintes, a economia fluminense vai sentir os efeitos negativos gerados pela falta de uma política eficaz que visasse o seu desenvolvimento econômico superando alguns entraves que faziam parte do processo de industrialização.

CAPÍTULO 2 - A expansão da economia fluminense entre 1930-1980.

Neste capítulo analisaremos o desempenho da economia fluminense face às transformações ocorridas na economia brasileira no período acima.

O processo de industrialização brasileira pode ser periodizado em duas fases: a da industrialização restringida e da industrialização pesada. Na primeira fase as indústrias que mais se desenvolveram foram as de bens de consumo não durável. Na fase de industrialização pesada, desenvolveram-se os setores de bens de consumo durável e de bens de capital.

Já no que se refere à relação entre as regiões do país, pode-se distinguir também duas fases: a da integração mercantil [unificação do mercado interno a partir da indústria localizada na região sudeste] e integração produtiva [quando a produção industrial se desenvolve nas regiões nordeste e norte, a partir do capital de empresas do sudeste].

Segundo Silva, durante a fase da integração mercantil [que abrangeu a industrialização restringida e metade da fase de industrialização pesada], a tendência dominante foi a concentração da produção, que beneficiou principalmente São Paulo, mas também o Rio de Janeiro. Já na fase de integração produtiva – segunda parte da fase de industrialização pesada – desenvolve-se um processo de relativa descentralização da produção industrial. Essa desconcentração pode ser definida como a tentativa do governo federal de promover a industrialização nas demais regiões do país (periféricas), buscando redistribuir a atividade econômica e fortalecer o mercado interno.

Apesar de a economia fluminense crescer e se diversificar, com a aceleração do processo de desconcentração industrial iniciado pelo governo, o Rio de Janeiro perde participação relativa na indústria também para outras regiões.

2.1 - A expansão da economia brasileira no período entre 1930-1955

Segundo Silva, o período de 1930 a 1970 foi marcado por uma significativa expansão e diversificação da economia nacional sendo essa trajetória acelerada com o crescimento da industrialização nacional.

Neste tópico abordaremos especificamente o período de 1930 a 1955, caracterizado pela fase de industrialização restringida no país.

2.1.1 - Industrialização restringida (1930-1955)

A industrialização restringida se caracterizou em primeiro lugar por um grande empenho do governo em promover a industrialização. Essa fase é definida como restringida, pois não alcançou todos os segmentos produtivos da economia brasileira. A produção nacional era composta fundamentalmente nos bens de consumo não-duráveis, pouco expressiva nos bens de investimentos e em bens de consumo duráveis e bens de capital.

O Brasil tinha nos Estados Unidos o seu maior comprador de café. Com a crise de 1929, a importação desse produto pelos americanos diminuiu e o preço do café despencou. Para tentar contornar a situação, o governo brasileiro comprou e queimou grandes quantidades do produto, diminuindo a oferta e conseguindo manter o preço. No entanto, não conseguiu manter a renda gerada.

Essa grande depressão causou muitas conseqüências negativas para a economia mundial e brasileira. Após este período, o governo brasileiro adotou medidas para proteger a economia. Nesse contexto, a economia paulista foi tornado-se cada vez mais importante no cenário nacional, tornando-se a maior do país.

Segundo Cano, com a crise da economia cafeeira, muitos cafeicultores passaram a investir no setor industrial, impulsionando a industrialização. De acordo com esse autor, antes da grande crise de 1929, São Paulo detinha 37,5% de participação na indústria brasileira, ou seja, a principal fatia da indústria estava concentrada em seu território.

Tabela 6 - Exportações de São Paulo (%)

| <i>Período</i> | <i>Exportações para o exterior</i> | <i>Exportações para o restante do Brasil</i> |
|----------------|------------------------------------|--|
| 1900-10 | 85% | 15% |
| 1910-20 | 75% | 25% |
| 1920-30 | 50% | 50% |

Fonte: Apud Cano, Wilson.

Pode-se observar que nesse período as exportações paulistas para o restante do país cresciam gradativamente, verificando-se um aumento na participação paulista no mercado nacional. Como define Cano, “o nascimento do processo de integração do mercado nacional”. Esse processo define o papel hegemônico de São Paulo como grande centro industrial do país.

A partir de 1933, a economia nacional começa a se recuperar, com significativa expansão da produção industrial.

Cano aponta que no período de 1933-39, a indústria nacional cresceu 11,2% e a paulista cresceu 14%. Segundo o autor, a queda da capacidade para importar e a mudança da estrutura dos preços relativos, que tornou os produtos importados bem mais caros tornaram o mercado nacional cativo para a indústria nacional.

Alguns autores afirmam que no período posterior a década de 1930, com a expansão paulista, a economia do Rio de Janeiro não conseguiu se incorporar ao processo de substituição de importações através da modernização dos setores de bens de consumo não-duráveis, bens de capital e bens intermediários.

Segundo Cano, no período pós-guerra e até 1953, a supervalorização cambial favoreceu muito a acumulação industrial, uma vez que reduziu o preço dos equipamentos importados. Assim, com a reforma cambial de 1953 com sistema de taxas múltiplas de câmbio continuou favorecendo e protegendo a indústria, principalmente a de bens de consumo.

Neste contexto, segundo o autor, a expansão industrial entre 1947 e 1955 cresceu 9% ao ano, contra 6,6% no período de 1939-47.

Entre 1919-39 a indústria de transformação nacional cresceu 5,7% ao ano e 7,8% no período de 1939-49, enquanto São Paulo cresceu 7% e 9,8% respectivamente e o Rio de Janeiro cresceu 4,2% e 9,3% no mesmo período.

Segundo Cano: o produto real da indústria brasileira mais que triplicou entre 1919 e 1939, mais que duplicou entre 1939-49. A indústria periférica nacional, que quase triplicara entre aqueles dois anos, em 1949 era 1,8 vezes maior do que em 1939. São Paulo quadruplicou seu parque industrial no mesmo período, tendo em 1949 uma indústria duas vezes e meia maior do que em 1939. (2007:75)

Portanto, nesse período verificou-se um aumento da expansão industrial no restante do país, e confirmou-se a dominante posição de São Paulo no mercado nacional.

2.2 - A expansão da economia brasileira no período de 1956-1980

2.2.1 - Industrialização pesada (1956-1980)

A industrialização pesada se deu a partir de 1956, com o plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek que tinha como slogan “50 anos em 5”. Nesta fase, buscou-se obter uma estrutura industrial moderna. O plano de metas tinha como principal objetivo promover a criação de setores de bens de consumo duráveis e de capital (material de transporte e mecânica pesada), como também os investimentos do governo em infra-estrutura e produção de insumos.

Essa fase pode ser definida como mais ampla que a anterior, pois tinha como objetivos a existência de uma estrutura industrial moderna e complementar, visando implantar e expandir os setores da indústria pesada (indústria de bens de consumo duráveis e de capital e de bens intermediários) com investimentos que envolviam “maiores riscos, grande porte e alta densidade de capital”. (Silva, 2004:22)

A presença do investimento estatal e externo (multinacionais) foi determinante nesse processo, embora o capital privado não ficasse excluído.

Cano afirma: esse período reforçaria o processo de concentração industrial, à medida que se instalam as chamadas indústrias “pesadas”, principalmente em São Paulo, onde graças à sua maior diversificação industrial previamente existente..., seus “efeitos de encadeamento” foram muito maiores. (2007:68)

De acordo com esse autor, São Paulo foi o grande centro do processo de industrialização, embora as outras economias também tenham se beneficiado com a expansão econômica do país.

Segundo Cano: a alteração do padrão de acumulação no período de 1956-61 acelerou a expansão industrial dos setores de bens de produção e de consumo durável. Essa expansão fez-se com crescente participação do capital oligopolizado que, ao implantar seus investimentos, intensificou-os com capacidade ociosa planejada, com vistas tanto à expansão do mercado paulista quanto à completa conquista do mercado nacional. (2007:80)

No ano de 1973, houve o choque do petróleo. Os países do Oriente Médio diminuíram a produção do petróleo elevando o seu preço de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 por barril. Essa atitude teve conseqüências negativas para vários países, inclusive para o Brasil. Houve uma desaceleração no crescimento do país e também a dívida externa cresceu significativamente.

Na fase final de industrialização pesada, ocorreu um novo ciclo de expansão da economia brasileira, o chamado “Milagre Econômico Brasileiro”. Esse ciclo foi marcado pela grande expansão de renda no país e ocorreu no período de 1968 e 1974.

O período do milagre econômico tinha como objetivo o crescimento rápido. Esse ciclo se deu graças ao capital estrangeiro e a contenção da inflação e o investimento público.

Nesse período houve grandes investimentos internos e empréstimos do exterior. Alguns setores da economia foram priorizados: indústria de transformação, infra-estrutura, indústria de base, equipamentos e agroindústria.

No “Milagre Econômico” o país obteve as maiores taxas de crescimento do PIB, com relativa estabilidade dos preços, assim como altas taxas de emprego.

O período de 1970-1980 foi a última fase da industrialização pesada no país. Nesse período o Rio de Janeiro foi atingido pela desconcentração industrial do país e o setor de construção naval foi o único a não ser prejudicado, uma vez que foi favorecido no Plano de Metas.

Segundo Sobral, com a desconcentração industrial no país, indústrias tradicionais foram transferidas para o Nordeste, assim como a modernização da agricultura; implantação

de setores agromineroindustriais na região norte e centro-oeste do país, criação de um pólo petroquímico na Bahia entre outros.

Com o II PND (1975-79), o governo promoveu mais uma tentativa de expansão da indústria e das exportações. Com ele o governo também visava a descentralização das atividades produtivas industriais para tentar harmonizar o crescimento industrial entre os estados brasileiros. A preocupação era que as deseconomias de aglomeração que então já começavam a aparecer nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro limitassem no futuro o desenvolvimento do país. Esse plano tinha como objetivo acelerar o processo de substituição das importações, direcionando os investimentos nos setores de bens de capital e bens intermediários.

No entanto, esse plano não conseguiu impedir que efeitos negativos externos (crise do petróleo em 1979 e elevação das taxas de juros norte-americanas) afetassem a economia brasileira. E, portanto, na década seguinte o cenário da economia brasileira era de elevadas taxas de inflação, endividamento externo e a ruptura da expansão ocorrida desde a década de 1930, como veremos no próximo capítulo.

2.3 - A expansão da economia fluminense no período de 1930-1955

A economia fluminense continuou a se expandir e diversificar durante as primeiras décadas do século XX, porém com taxas inferiores à média nacional e a de São Paulo. Apesar disso, o Rio de Janeiro apresentou um crescimento demográfico superior à média nacional, o que mais tarde ocasionará uma diferença entre sua renda per capita e a nacional.

Na indústria, o setor principal era o de bens de consumo não-durável, em seguida os bens intermediários e, por último, o de bens de consumo durável e de capital.

Vamos relatar as principais medidas adotadas pelo governo federal de incentivo ao processo de expansão industrial brasileira no período de 1930-56.

No setor automobilístico, o governo criou a Fábrica Nacional de Motores (FNM) em 1943, mas de acordo com Sobral, esse setor não foi bem explorado até a década de 70, pois carecia de investimentos privados, que migraram para outras regiões (Minas Gerais e São Paulo).

No setor siderúrgico, em 1946 é instalada em Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), permitindo um crescimento regional. Posteriormente, foi criada a Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

Outras importantes empresas foram instaladas no Rio de Janeiro também no processo de industrialização nacional, como a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943), Petrobrás (1953) e Fronape (1954).

Sobral afirma que: enquanto economia regional periférica, mas com fortes articulações inter-regionais, a trajetória estadual esteve diretamente dependente do movimento geral da economia nacional e do seu mercado interno que tinha como centro dinâmico São Paulo. Sua especificidade foi a condição periférica ser parcialmente ocultada pelo peso político e econômico da presença do Estado, o que levou a importante parcela da massa salarial federal e do gasto público ser direcionada para o beneficiamento da infra-estrutura urbana, investimentos industriais de monta serem realizados (via estatais) e existir um componente autônomo da demanda a partir do terciário superior (tecnoburocracia). (2007:50)

Por outro lado, o Rio de Janeiro ficou dependente dos gastos governamentais e despolitizado em relação aos interesses regionais. Como afirma Sobral:

Uma classe dominante estadual, aspirando segurar pela política a hegemonia no nível nacional, manteve-se não comprometida com o desenvolvimento regional, presa em grande parte a tradição de ser referência política e cultural, bem como ser praça comercial e financeira do país. Dessa forma, fica claro que, além da dificuldade para o maior desenvolvimento das relações especificamente capitalistas de produção, associa-se também um desinteresse com a evidência de sua própria condição de região periférica. (2007:51)

Como vimos no processo de substituição das importações, o Rio de Janeiro foi perdendo espaço como principal distribuidor das importações. No ano de 1955, o seu porto detinha 46% do valor das importações brasileiras e o de Santos ficava com 40%. Por outro lado, o Porto de Santos respondia por 50% na exportação e o do Rio de Janeiro por 23%.

2.4 - A expansão da economia fluminense no período de 1956-1980

Nesse período o processo de industrialização brasileira se encontra na fase pesada. A economia fluminense acompanha a expansão nacional, porém com taxas de crescimento inferiores à média paulista e à média nacional.

Tabela 7 - Participação do RJ no PIB nacional

| <i>Setores</i> | <i>1959</i> | <i>1970</i> |
|----------------|-------------|-------------|
| Agricultura | 5% | 2% |
| Indústria | 15% | 15% |
| Serviços | 24% | 21% |
| Total | 18% | 16% |

Fonte: Apud Silva. FGV (1972) e FIBGE (1987)

A agricultura teve a sua participação no PIB nacional reduzida, pois como já mencionamos anteriormente, ela manteve sua trajetória decadente. A indústria manteve a sua participação no PIB neste momento de expansão da economia nacional, mas com taxas de crescimentos inferiores à média nacional e à média paulista, como mencionado anteriormente. Por último, o setor de serviços teve a sua participação no PIB reduzida de 24% para 21%.

Neste período, o governo federal promoveu um maior incentivo à industrialização fluminense através da expansão da indústria naval, construção de refinaria de petróleo e setores de bens de consumo duráveis e bens de capital.

A partir de 1958, a construção naval instala-se como atividade industrial, com a criação do Fundo da Marinha Mercante e financiamentos à renovação da frota. Isso permitiu a criação de estaleiros na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói. A produção fluminense cresceu de forma expressiva, mas sem obter ganhos de produtividade que a tornassem competitiva no mercado mundial.

Os estaleiros esbarraram no problema da falta de uma demanda regular, fazendo com que a produtividade nesse setor fosse baixa e houvesse uma ociosidade grande. Esse fato fez com que a partir da década de 1970, o governo iniciasse uma política mais eficaz de incentivos e subsídios fiscais, visando aumentar a competitividade dos estaleiros.

2.4.1 - A transferência da capital federal para Brasília

A partir de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, o Rio de Janeiro deixou de usufruir do status de capital e todos os seus benefícios que o poder estatal lhe proporcionava, com o gasto público.

Nesse sentido, todos os setores da economia foram prejudicados, principalmente o de serviços, pois como citado anteriormente não havia mais o gasto público, além da massa salarial, já que uma grande quantidade de funcionários foi deslocada com a transferência (embaixadas, órgãos federais, alta cúpula da administração federal, ministérios, empresas prestadoras de serviços a órgãos públicos, entre outros).

Desde o período de 1763 em que a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, o gasto público foi crucial para a economia fluminense. O setor estatal era muito importante, no sentido de que o setor industrial tinha forte presença de capital público. Essa presença do governo no processo de industrialização a partir de 1930 diferencia o Rio de Janeiro de São Paulo, pois neste último foi a indústria o principal determinante neste processo, e não o governo com suas políticas de investimentos e crédito ou na presença do capital estatal

Porém, um fato amenizou alguns dos efeitos negativos da transferência da capital para Brasília, que foi a imediata elevação da cidade do Rio de Janeiro a estado da federação, denominando-se Guanabara. Esse fato permitiu ao estado captar novas condições favoráveis como receitas e empregos.

Em 1974, o governo federal promoveu a fusão entre o antigo estado Rio de Janeiro e o estado da Guanabara, retirando do Rio a condição de estado da federação, com o objetivo de integrar o interior com a cidade. Mas as diferenças eram muito significativas entre os dois territórios, uma vez que a cidade do Rio usufruiu de vantagens no período em que foi capital federal, enquanto o interior não foi beneficiado pelo gasto público e por todas as vantagens políticas e econômicas que a cidade recebeu do governo federal. A fusão também não foi capaz de recuperar totalmente a perda de status político sofrida pela economia fluminense.

A transferência da capital para Brasília se torna efetiva a partir de 1970 e os seus efeitos negativos vão acentuar a crise de 1980.

2.4.2 - A dinâmica industrial na década de 1970

Voltando à dinâmica industrial verificamos que a indústria extrativa mineral, recebeu grandes investimentos em diferentes regiões do país na década de 1970. Essa descentralização

afetou a indústria petroquímica no Rio de Janeiro, uma vez que foram desenvolvidos investimentos em outros estados, como Bahia e Rio Grande do Sul.

Segundo Sobral, na década de 1970, a indústria do Rio de Janeiro estava mais voltada para o desenvolvimento de bens de produção. A estrutura industrial estava mais atrelada à etapa pesada da industrialização. Dessa forma se concentrou em “ramos que apoiavam as principais tentativas de desencadear a montagem de complexos industriais no estado, como visto: Material de Transporte (basicamente Construção Naval), Metalurgia/Siderurgia e Química.” (2007:74)

De acordo com Sobral, o bom desempenho do setor de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital entre as décadas de 1970 e 1980 não se deveu somente pela expansão da Construção Naval, (que favoreceu o crescimento dos ramos de Mecânica, Material Elétrico e Comunicações) mas também a um modesto aumento na participação dos ramos de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-foto.

No entanto, verifica-se uma queda de 24,2% em 1980 para 20,3% em 1985 no setor de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital.

Por outro lado, alguns setores de Bens de Consumo não Duráveis elevaram o desempenho no período, como o Vestuário e Tecido e o de Editorial e Gráfica, embora a participação na estrutura estadual tenha sido reduzida de 45,0% em 1970 para 36,2% em 1980.

O setor de Bens Intermediários foi o que mais se destacou na estrutura industrial fluminense. Sua participação no período de 1970 era de 37,7% e em 1980 passou para 39,2%, alcançando 47,0% em 1985. Os ramos que mais cresceram foram derivados de petróleo e álcool com uma taxa de 8,1% em 1970 para 10,2% em 1985, ainda que tenham sofrido perdas no período entre 1970 e 1980. A metalurgia básica também obteve um desempenho crescente ao longo do período.

Ainda segundo o autor, a base produtiva do Rio de Janeiro ficou fragilizada porque deixou de promover transformações estruturais mais profundas durante o processo de industrialização do país. Ou seja, mesmo o Rio de Janeiro fazendo parte do processo de

industrialização entre as principais economias, a sua estrutura produtiva não sofreu mudanças necessárias para evitar a perda de competitividade.

Tabela 8 - Estrutura Industrial no Rio de Janeiro por classe de gênero

| <i>Gêneros</i> | <i>1970</i> | <i>1980</i> | <i>1985</i> | <i>1996</i> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Bens de Consumo Não Durável: | 45,0% | 36,2% | 32,9% | 45,9% |
| Produtos alimentícios | 9,8% | 7,4% | 7,7% | 7,2% |
| Bebidas | 3,2% | 1,4% | 1,1% | 6,8% |
| Fumo | 1,9% | 0,1% | 0,1% | 0,1% |
| Têxtil | 7,0% | 4,7% | 4,5% | 1,7% |
| Vestuário e artefatos de tecido | 3,3% | 5,6% | 4,6% | 3,2% |
| Mobiliário | 2,0% | 1,2% | 0,9% | 0,5% |
| Editorial e Gráfica | 6,9% | 7,5% | 6,0% | 11,7% |
| Diversas | 1,3% | 2,0% | 1,3% | 1,5% |
| Farmacêuticos e Veterinários | 6,6% | 4,4% | 5,2% | 9,5% |
| Perfumaria, sabões e velas | 2,3% | 1,3% | 1,4% | 2,7% |
| Couros, peles e calçados | 0,7% | 0,4% | 0,2% | 0,8% |
| Bens Intermediários: | 37,7% | 39,2% | 47,0% | 44,7% |
| Minerais Não-Metálicos | 5,1% | 5,3% | 3,1% | 3,3% |
| Metalúrgica Básica | 8,6% | 9,7% | 11,9% | 12,9% |
| Produtos de Metal | 4,3% | 3,8% | 4,0% | 4,6% |
| Derivados de Petróleo e Álcool | 8,1% | 4,9% | 10,2% | 9,7% |
| Outros Produtos Químicos | 6,2% | 9,0% | 11,7% | 8,0% |
| Madeira | 0,6% | 0,4% | 0,2% | 0,2% |
| Papel e Celulose | 2,1% | 2,4% | 1,6% | 1,8% |
| Borracha | 0,8% | 0,6% | 1,1% | 1,7% |
| Matérias Plásticas | 2,0% | 3,1% | 3,1% | 2,5% |
| Reciclagem | - | - | - | 0,1% |
| Bens Consumo Durável e Bens de Capital: | 17,1% | 24,2% | 20,3% | 9,5% |
| Mecânica | 6,5% | 8,4% | 6,4% | 3,1% |
| Máquinas p/ Escrit. e Informática | - | - | - | 0,1% |
| Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto | 0,5% | 0,9% | 0,6% | 0,9% |
| Material Elétrico e Comunicações | 4,1% | 5,0% | 5,8% | 1,3% |
| Material Eletrônico | - | - | - | 0,4% |
| Material de Transporte | 6,1% | 9,9% | 7,5% | 3,6% |
| Veículos Automotores | - | 1,3% | 0,6% | 1,1% |
| Outros Equip. Transporte | - | 8,6% | 6,8% | 2,6% |

Fonte: Apud Sobral. IBGE – Censos Industriais de 1970-85 e PIAs de 1996 a 2005

Segundo Silva, a partir de 1970 o mercado nacional passou para a fase de integração produtiva com o crescimento da produção nas demais regiões do país. Sendo uma relação de complementaridade da periferia em relação ao grande capital industrial e consolidando São Paulo como o principal centro industrial do país.

Vimos que durante o processo de industrialização nacional no período entre 1930 e 1980, a economia manteve uma trajetória de expansão e crescimento, embora tenha perdido a liderança como grande centro industrial para São Paulo. Ainda que a economia fluminense figurasse entre as maiores do país, passa a desempenhar papel complementar a indústria paulista.

Alguns fatores influenciaram a perda de centralidade do Rio de Janeiro no cenário nacional, como a transferência da capital para Brasília (era muito dependente do capital federal e da economia nacional), a desconcentração industrial iniciada na etapa pesada da industrialização que favoreceu as regiões periféricas e a sua indústria era muito voltada para o mercado interno fazendo com que não usufrísse as vantagens do processo de substituições de importações iniciado pelo governo. A seguir, analisaremos os setores produtivos da economia para compreender melhor a trajetória fluminense no período entre 1930 e 1980.

2.5 - Desempenho dos setores econômicos no período 1930-1980

No período de 1940-1980, a população fluminense quase que quadruplicou, elevando a sua participação na população do país para 9,4%. O total de residentes na região metropolitana cresceu de 62% para 77% nesse período. A população do Rio de Janeiro cresceu 3,6% a.a na década de 1950 e 3,07% a.a na década de 1960.

Como Silva assinala, o Rio de Janeiro apresentou taxas crescentes na sua população e taxas de crescimento da economia inferiores a média nacional, o que vai aumentar a diferença entre a sua renda per capita e a nacional.

Tabela 9 - Participação do Estado do Rio de Janeiro na renda nacional

| <i>Setores</i> | <i>1939</i> | <i>1949</i> | <i>1959</i> | <i>1970</i> | <i>1975</i> | <i>1980</i> |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Agropecuária | 6% | 6% | 5% | 2% | 2% | 2% |
| Indústria | 27% | 19% | 15% | 15% | 13% | 12% |
| Serviços | 28% | 27% | 24% | 21% | 20% | 18% |
| Total | 21% | 20% | 18% | 16% | 15% | 13% |

Fonte: IBGE, Contas Nacionais

Todos os setores produtivos apresentavam no período uma perda na participação da renda nacional, ou seja, a expansão da renda fluminense foi menor que a média nacional. O setor que teve a maior perda no período foi a indústria, de 27% em 1939 para 12% em 1980.

Entre 1930 e 1980, a renda do setor agropecuário fluminense cresceu em média 2,2% a.a., enquanto a nacional foi de 4,4% a.a. Na indústria, a expansão foi de 6,9% a.a., enquanto a nacional foi de 9,1% e a de São Paulo foi de 9,8%. No setor terciário, a taxa foi de 5,8% a.a., em São Paulo foi de 7% e no país foi de 6,8%.

Tabela 10 - Taxa de crescimento dos setores no período de 1939-80 (% a.a)

| <i>Região</i> | <i>Agropecuária</i> | <i>Indústria</i> | <i>Serviços</i> |
|----------------|---------------------|------------------|-----------------|
| Rio de Janeiro | 2,2 | 6,9 | 5,8 |
| São Paulo | 3,0 | 9,8 | 7,0 |
| BR-(RJ+SP) | 4,8 | 9,4 | 7,2 |
| Brasil | 4,4 | 9,1 | 6,8 |

Fonte: Apud Robson. IPEADATA, 2004

O que podemos observar no período de 1930-80, é que a economia fluminense vivenciou uma grande expansão econômica. Todos os setores econômicos cresceram, porém abaixo da média paulista e nacional. Descreveremos agora o desempenho dos setores da economia fluminense para compreendermos a sua trajetória.

2.5.1 - Setor Agropecuário

Primeiramente analisamos as taxas de expansão do PIB do setor agropecuário no período de 1930-80. De acordo com a tabela abaixo, entre 1939-56 a taxa de crescimento médio anual foi de 3,8% e a partir de 1956 até 1980 ela declinou para 1%, sendo que as taxas do país foram de 4,9% e 4%, respectivamente. Portanto, o setor agropecuário apresentou maior crescimento no período 1930-56.

Tabela 11 - Expansão do PIB do setor agropecuário (%)

| <i>Região</i> | <i>1930-80</i> | <i>1939-56</i> | <i>1956-80</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Rio de Janeiro | 2,2 | 3,8 | 1,0 |
| São Paulo | 3,0 | 5,4 | 1,3 |
| BR-(RJ+SP) | 4,8 | 4,8 | 4,8 |
| Brasil | 4,4 | 4,9 | 4,0 |

Fonte: Apud Silva. IPEADATA (2004)

As principais atividades do setor primário fluminense eram as de arroz, banana, café, cana-de-açúcar, hortaliças, laranja, e milho. Na criação de animais, as principais atividades eram a avicultura e a bovinocultura de leite.

No período entre 1960 e 1980 a participação fluminense na produção brasileira, em se tratando de área cultivada, houve uma redução da produção de banana de 19,8% para 6,8%, de café de 1,7% para 0,6% e de laranja de 19,1% para 0,2%. Por outro lado, a produção de cana-de-açúcar aumentou de 5,1% para 7,4%.

A pecuária era mais voltada para a produção de leite, e a sua importância na produção nacional caiu de 1,1% para 0,9%. A avicultura teve sua participação nacional em área produzida de 11,6% para 2,2%.

Tabela 12 - Crescimento (%) da área produzida (em hectares) no período de 1960-80:

| <i>Região</i> | <i>RJ</i> | <i>BR</i> |
|--------------------|-----------|-----------|
| Total | 7,3 | 53,1 |
| Agricultura | -33,3 | 22,6 |
| Banana | -32,6 | 97,6 |
| Café | -78,4 | -38,5 |
| Laranja | -93,9 | 452,3 |
| Arroz | -59,3 | 27,3 |
| Cana-de-açúcar | 16,8 | -19,3 |
| Pecuária | 60,8 | 90,7 |
| Bovinos | 61,8 | 97,2 |
| Horti-floricultura | 118,4 | 236,8 |
| Avicultura | 283,6 | 1911,6 |

Fonte: Apud Silva. IBGE (Censos Agrícolas diversos)

No período acima, todas as atividades na agricultura tiveram redução na área produzida (com exceção da cana-de-açúcar que cresceu 16,8%). A pecuária cresceu 60,8% e a avicultura 283,6%.

No tocante à área plantada, a agricultura fluminense foi reduzida em 33,3%, enquanto no Brasil cresceu 22,6%.

Segundo Sobral, a partir de 1960, a agropecuária nacional passou por grandes transformações. O governo promoveu incentivos à exportação, criou um novo sistema de crédito rural, investimentos para a expansão agrícola no cerrado entre outros, estimulando o aumento da produção nacional.

O autor afirma que houve uma redução das lavouras para exportação na agropecuária fluminense, sem que as lavouras voltadas para o abastecimento urbano suprissem essa redução. O poder público não fez muito esforço público para reverter essa situação (condição precária e recursos mal utilizados), exceto na cultura de cana-de-açúcar. O autor afirma ainda que houve uma evasão de mão-de-obra rural, decrescendo essa população. Em 1970, o percentual da população rural era de 12,10% e em 1980 caiu para 8,20%.

2.5.2 - Setor Industrial

Com relação ao setor industrial podemos observar (tabela 13) que no período de 1956-80 a taxa de crescimento foi de 9,0%, bem superior aos 4,1% do período de 1939-56, que foi metade da taxa de São Paulo no período (8,2%), como também foi inferior a nacional (6%).

Embora tenha apresentado esse crescimento expressivo de 9%, o setor industrial fluminense ficou atrás de São Paulo (10,9%) e do país (11,3%).

No período acima, já mencionamos anteriormente que São Paulo passou a ser o centro industrial do país, embora a indústria fluminense tenha se expandido e se diversificado.

Segundo Silva, uma diferença relevante no processo de industrialização entre o Rio de Janeiro e São Paulo, é que no primeiro foi predominante a indústria de base e de bens intermediários, enquanto no segundo os setores de tecnologia de ponta foram desenvolvidos.

Alguns autores afirmam que o processo de formação da estrutura urbana regional no Rio de Janeiro foi caracterizado pela presença do Governo Federal, enquanto em São Paulo foi pela indústria.

Como vimos na tabela 11 (taxa de crescimento setorial por região), todos os setores apresentaram taxas de crescimento inferiores à média nacional. O setor agropecuário cresceu 2,2% a.a., enquanto em São Paulo cresceu 3,0% e no país 4,4%. A indústria apresentou um bom crescimento (6,9%), mas ficou bem abaixo da média nacional (9,1%). O setor de serviços cresceu 5,8%, enquanto a média nacional foi de 6,8%.

Tabela 13 – Taxa de expansão do PIB do setor industrial (% a.a)

| <i>Região</i> | <i>1939-80</i> | <i>1939-56</i> | <i>1956-80</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Rio de Janeiro | 6,9 | 4,1 | 9,0 |
| São Paulo | 9,8 | 8,2 | 10,9 |
| BR-(RJ+SP) | 9,4 | 4,6 | 13,0 |
| Brasil | 9,1 | 6,0 | 11,3 |

Fonte: Apud Silva. IPEADATA (2004)

Tabela 14 - Participação do Rio de Janeiro no VTI nacional (%)

| <i>Gêneros</i> | <i>1970</i> | <i>1980</i> | <i>1985</i> | <i>1996</i> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Bens de Consumo Não Durável: | 16,2 | 11,2 | 9,2% | 9,2% |
| Produtos alimentícios | 10,7 | 6,9 | 6,0% | 4,06% |
| Bebidas | 21,5 | 12,4 | 8,5% | 14,8% |
| Fumo | 22,8 | 2,0 | 1,0% | 0,9% |
| Têxtil | 11,7 | 7,8 | 7,1% | 3,9% |
| Vestuário e artefatos de tecido | 15,5 | 12,1 | 12,6% | 10,9% |
| Mobiliário | 15,6 | 7,1 | 5,9% | 3,0% |
| Editorial e Gráfica | 29,1 | 28,3 | 27,9% | 18,5% |
| Diversas | 14,3 | 12,8 | 7,6% | 13,8% |
| Farmacêuticos e Veterinários | 30,4 | 28,2 | 27,6% | 20,8% |
| Perfumaria, sabões e velas | 22,8 | 16,3 | 14,8% | 11,8% |
| Couros, peles e calçados | 17,3 | 8,9 | 0,7% | 2,8% |
| Bens Intermediários: | 16,7 | 10,2 | 10,6% | 10,1% |
| Minerais Não-Metálicos | 13,8 | 9,6 | 6,8% | 7,5% |
| Metalúrgica Básica | 17,9 | 14,3 | 14,0% | 18,6% |
| Produtos de Metal | 16,8 | 9,0 | 9,0% | 9,3% |
| Derivados de Petróleo e Álcool | 33,7 | 17,0 | 12,3% | 13,2% |
| Outros Produtos Químicos | 18,3 | 12,2 | 11,6% | 8,8% |
| Madeira | 4,2 | 1,5 | 1,5% | 1,3% |
| Papel e Celulose | 12,6 | 8,2 | 5,1% | 3,7% |
| Borracha | 6,0 | 5,3 | 5,9% | 9,9% |
| Matérias Plásticas | 16,5 | 14,3 | 13,0% | 7,1% |
| Reciclagem | - | - | - | 15,6% |
| Bens Consumo Durável e Bens de Capital: | 12,8 | 10,4 | 7,8% | 3,2% |
| Mecânica | 14,4 | 8,8 | 6,5% | 3,5% |
| Máquinas p/ Escrit. e Informática | - | - | - | 0,2% |
| Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto | 15,0 | 16,3 | 7,7% | 8,2% |
| Material Elétrico e Comunicações | 11,9 | 8,4 | 7,2% | 3,8% |
| Material Eletrônico | - | - | - | 1,0 |
| Material de Transporte | 11,9 | 13,9 | 10,2% | 3,3% |
| Veículos Automotores | - | 2,7 | 1,1% | 1,1% |
| Outros Equip. Transporte | - | 44,3 | 40,7% | 23,4% |
| Todos os Ramos | 15,7 | 10,6 | 9,5% | 8,1% |

Fonte: Apud Sobral. IBGE – Censos Industriais de 1970-85

Segundo Sobral, a queda relativa apresentada no setor de Bens de Consumo não Duráveis pode ser explicada pelo aumento da concorrência, pelo crescimento do mercado interno e pelo grande aumento das exportações nas atividades em que o estado não era especializado (agroindústria) e nem tinha base relevante de recursos naturais (fumo, madeira, minerais, etc.).

Os ramos que tiveram maior queda na participação relativa no período de 1970-80 foram o de Bebidas (21,5% para 12,4%), Fumo (22,8% para 2,0%), Mobiliário (15,6% para 7,1%) e Couros, Peles e Calçados (17,3% para 8,9%).

O setor de Bens Intermediários teve a maior queda relativa, isso aconteceu devido aos estímulos que o II PND deu a produção nacional, gerando desconcentração regional.

Vários ramos apresentaram queda relativa no período de 1970-80 como os de Produtos de Metal (16,8% para 9%), Metalurgia Básica (17,9% para 14,3%) que eram ligados a Siderurgia e desde a década de 1960 vinham declinando e Derivados de Petróleo e Álcool (33,7% para 17,0%).

Os ramos de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto apresentaram crescimento no mesmo período (15% para 16,3%) e Material de transporte (11,9% para 13,9%), esse último impulsionado pela Construção Naval.

Ao longo do período de 1970-96, observamos que todos os setores da indústria do Rio de Janeiro apresentaram queda relativa na participação no VTI (valor da transformação industrial) nacional.

A indústria de transformação do Rio de Janeiro declinou de 15,7% em 1970 para 10,6% em 1980, mantendo a sua trajetória de perdas nos anos seguintes.

2.5.3 - Setor Terciário

Agora veremos o desempenho do setor terciário da economia fluminense. Ao longo de sua história, o Rio de Janeiro teve papel de destaque no que se refere à atividade comercial no país.

Tabela 15 - Expansão do PIB no setor terciário (%)

| <i>Região</i> | <i>1939-80</i> | <i>1939-56</i> | <i>1956-80</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Rio de Janeiro | 5,8 | 4,9 | 6,4 |
| São Paulo | 7,0 | 4,7 | 8,6 |
| BR-(RJ+SP) | 7,2 | 5,1 | 8,7 |
| Brasil | 6,8 | 5,0 | 8,2 |

Fonte: Apud Silva. IPEADATA (2004)

O setor terciário apresentou no período de 1939-56 um crescimento médio anual de 4,9% e no período de 1956-80 a taxa foi de 6,4%. Essa taxa de crescimento foi inferior a paulista (8,6%) e a nacional (8,2%).

O setor de maior expansão foi o da indústria, acompanhando a dinâmica da economia nacional, depois veio o setor terciário e, por último o setor agropecuário.

Apesar da expansão alcançada pelo setor terciário ao longo das décadas estudadas, essa se deu num ritmo menor que a média nacional. Com aceleração do processo de expansão urbana no país, o setor terciário fluminense não conseguiu interromper a trajetória de perdas relativas.

Tabela 16 – Participação do ERJ na Renda Terciária Nacional

| <i>Setores/Ano</i> | <i>1939</i> | <i>1949</i> | <i>1959</i> | <i>1970</i> | <i>1975</i> | <i>1980</i> |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Total dos Serviços | 28% | 27% | 24% | 21% | 20% | 18% |
| Comércio Interno | 26% | 21% | 16% | 15% | 16% | 13% |
| Transp. e Comum. | 27% | 27% | 27% | 19% | 17% | 14% |
| Interm. Financeira | 38% | 28% | 26% | 25% | 26% | 23% |
| Adm. Pública | 35% | 42% | 37% | 27% | 24% | 21% |

Fonte: Apud Silva. IBGE (Contas Nacionais)

Durante os períodos acima, o setor terciário fluminense perdeu participação relativa nos seus principais ramos. O setor de Comércio Interno declinou de 26% para 13%,

Transportes e Comunicação declinou de 27% para 14%, Intermediação Financeira declinou de 38% para 23% e o de Administração Pública declinou de 35% para 21%.

Tabela 17- Participação do Setor Terciário na Renda do Rio de Janeiro

| <i>Setores/Ano</i> | <i>1939</i> | <i>1949</i> | <i>1959</i> | <i>1970</i> | <i>1975</i> | <i>1980</i> |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Total de Serviços | 69% | 70% | 72% | 70% | 72% | 66% |
| Comércio | 19% | 20% | 14% | 16% | 19% | 15% |
| Transp. e Comum. | 8% | 9% | 9% | 5% | 5% | 4% |
| Interm. Financeira | 9% | 6% | 9% | 10% | 13% | 13% |
| Adm. Pública | 11% | 16% | 18% | 16% | 13% | 10% |
| Outros Serviços | 30% | 28% | 30% | 28% | 27% | 29% |

Fonte: Apud Silva. IBGE (Contas Nacionais)

A participação do setor terciário na renda do Rio de Janeiro no período de 1939-80 apresentou momentos de pequenos acréscimos e outros de pequenos declínios, variando ao longo destas décadas.

A economia de uma região como a fluminense, repleta de especificidades ao longo de sua história como os 200 anos de capital federal e sua importância histórica no país, e sua posterior perda de status de capital federal para Brasília torna difícil mensurar o esvaziamento relativo nela ocorrido.

Na evolução da indústria fluminense existia uma característica marcante que diferia da indústria paulista. Enquanto a indústria paulista era voltada para as exportações e à produção de bens de consumo duráveis, a fluminense era voltada para o mercado interno e ao consumo de massa (Natal, 2005: p.31).

Portanto, a indústria fluminense dependia da renda interna, assim como da renda do setor terciário que absorvia uma maior fatia da renda e do emprego no Rio de Janeiro.

Além da perda da centralidade no que se refere à posição de centro industrial do país, a economia fluminense foi afetada pela transferência da capital federal para Brasília em 1960 e posteriormente a fusão do estado da Guanabara e o do Rio de Janeiro em 1974, nas décadas seguintes.

Apesar de todo o processo de expansão vivenciado pela economia brasileira no período de 1930-80, o Rio de Janeiro cresce a taxas relativas inferiores à média nacional e à paulista. Esse processo foi amplamente chamado por diversos autores como “esvaziamento relativo”. Todos os seus setores produtivos (Agropecuária, Indústria e Terciário) perdem participação relativa na economia nacional.

CAPÍTULO 3 - A crise no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990.

3.1 - Antecedentes da crise

Segundo Silva, a década de 1980 foi marcada por um período inflacionário, reduzido aumento da renda nacional, por desequilíbrios externos e queda na taxa de emprego. Foi um período caracterizado pela crise e ruptura do padrão de desenvolvimento adotado na década de 1930. Na década seguinte, apesar de ter se alcançado a estabilidade monetária, não se conseguiu reconduzir o Brasil à expansão sustentada.

De acordo com Sobral, o estopim da crise de 1980 foram os efeitos da recessão nacional e a queda nos gastos públicos.

Um fato importante foi o segundo choque do petróleo em 1979. Essa crise internacional teve início com a Revolução Iraniana, substituindo a monarquia por uma república islâmica.

Sendo o Irã um dos maiores produtores de petróleo do mundo, a produção declinou com os conflitos e o preço do barril disparou. O Brasil era um grande importador de petróleo e esse choque acentuou a crise que o país vivia e a sua dívida externa.

Tabela 18 - Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita (%) do país

| <i>Período</i> | <i>Taxa de crescimento</i> |
|----------------|----------------------------|
| 1970 | 7,4 |
| 1971 | 8,6 |
| 1972 | 9,3 |
| 1973 | 11,3 |
| 1974 | 5,6 |
| 1975 | 2,7 |
| 1976 | 7,7 |
| 1977 | 2,5 |

| | |
|------|-------|
| 1978 | 2,6 |
| 1979 | 4,3 |
| 1980 | 6,8 |
| 1981 | -6,3 |
| 1982 | -1,3 |
| 1983 | -5,0 |
| 1984 | 3,2 |
| 1985 | 5,6 |
| 1986 | 5,4 |
| 1987 | 1,6 |
| 1988 | -1,9 |
| 1989 | 1,4 |
| 1990 | - 5,9 |

Fonte: IBGE – Contas Nacionais

No ano de 1981, o país sofre uma grande redução na taxa do PIB per capita (-6,3%), assim como nos próximos dois anos (-1,3%) e (-5,0%).

A partir de 1984, a economia brasileira retomou o crescimento. Como a economia americana se recuperou, houve um aumento das exportações brasileiras. Mas em 1987, retoma uma trajetória decrescente. Na década de 80, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,2%, bem inferior as décadas anteriores quando o crescimento foi de 7%.

Apesar da expansão econômica alcançada pelo Rio de Janeiro no período anterior a 1979, alguns fatos potencializaram o surgimento de uma crise real na década de 1980.

Um acontecimento importante foi a transferência da capital federal para Brasília em 1960, que segundo alguns autores não causou um impacto imediato, e para tentar amenizar as perdas com esta transferência a cidade do Rio de Janeiro foi elevada a condição de estado (Estado da Guanabara) amenizando os efeitos negativos na economia, pois com status de Estado obteve vantagens tributárias.

O governo federal promoveu a fusão entre os estados da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro no ano de 1974. O objetivo dessa fusão era tentar diminuir as diferenças entre a cidade e o seu interior e desenvolvê-lo através de investimentos em setores de ponta. Mas com a crise cambial e externa, o governo não conseguiu cumprir os seus objetivos.

Com a ruptura desse processo de crescimento da expansão da economia nacional, o Rio de Janeiro foi atingido severamente, uma vez que era dependente do capital público, seja pela massa salarial ou pelas empresas estatais e da economia nacional.

Sobral afirma que: boa parte da explicação de suas novas perdas relativas não poderia, como no caso da década de 1970, ser encontrada nos efeitos da desconcentração produtiva nacional em um cenário de altas taxas de crescimento. Então, a maior vulnerabilidade no esforço de acumulação estadual se deveu principalmente aos impasses para a continuidade do processo de industrialização brasileiro e a impossibilidade de serem encontradas alternativas consistentes para minimizar os efeitos perversos da crise econômica nacional. Soma-se isso às próprias características da estrutura produtiva fluminense que permitiam um crescimento inferior à média do país durante períodos de expansão, como na década de 1970, e declinavam a taxas maiores em períodos de recessão, como o que está em questão. (2007:77)

Para Sobral, a política regional não foi priorizada, “os interesses econômicos passavam basicamente pela esfera política federal”.

Devemos assinalar que nas décadas de 1980 e 1990, houve uma redução nos investimentos das empresas estatais, e como elas eram uma fatia importante da demanda de setores essenciais da economia da economia do Estado, isso potencializou a crise fluminense.

Portanto, com a ruptura do processo de expansão nacional, o esvaziamento econômico observado na economia fluminense se aprofundou, tornando-se real em alguns setores da economia.

3.1.1 - A trajetória do Rio de Janeiro no período de crise

Nesse cenário de crise, o estado aprofundou suas perdas na participação nacional no PIB, na renda e nos setores produtivos da economia.

A crise no Rio de Janeiro foi mais acentuada que a de outros estados por sua forte dependência com a economia nacional (trajetória alcançada durante anos como capital federal), pela perda para Brasília do posto de capital, pelo desempenho no processo de industrialização nas exportações (produção voltada para o mercado interno) e pelo seu fraco desempenho na produção agro-industrial.

Natal afirma que a crise dos anos 80 no Rio de Janeiro se caracterizou por se ampla (econômica, cultural, federativa e social), complexa, profunda e longa (durou quase quinze anos).

Tabela 19 - Participação regional no PIB nacional (%)

| <i>Regiões</i> | <i>1980</i> | <i>1985</i> | <i>1989</i> |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| NO | 3,2 | 3,8 | 4,9 |
| NE | 12,2 | 14,1 | 12,3 |
| MG | 9,4 | 9,6 | 9,6 |
| ES | 1,5 | 1,7 | 1,7 |
| RJ | 13,6 | 12,7 | 10,3 |
| SP | 37,7 | 36,1 | 37,8 |
| PR | 5,9 | 5,9 | 6,3 |
| SC | 3,3 | 3,3 | 4,2 |
| RS | 8,1 | 7,9 | 8,2 |
| CO | 3,6 | 3,4 | 3,3 |

Fonte: Ana Claudia N. S. Loureiro IPEADATA (IPEA, 2005)

Observamos a continuidade do processo de perdas na participação nacional do PIB no qual o Rio de Janeiro vinha sofrendo desde as primeiras décadas do século XX. Durante a década de 1980, o estado apresentou uma perda maior no período entre 1985 e 1989 (12,7% para 10,3%).

O estado de São Paulo apresentou uma pequena perda no período de 1980-85 (37,7% para 36,1%) e no período posterior se recuperou.

Um fato a ser destacado foi o crescimento das outras regiões favorecido pelo processo de desconcentração industrial promovido pelo governo federal ao longo da década de 1970.

A Região Norte apresentou um aumento na participação do PIB nacional de 3,2% em 1980 para 4,9% em 1989. O estado de Minas Gerais e Espírito Santo também apresentaram discreto crescimento.

As demais regiões tiveram pequenas alterações na participação no PIB para mais ou para menos.

3.2 - O impacto da transferência da capital para Brasília na crise de 1980

Com a transferência da capital federal para Brasília em 1960, o Rio de Janeiro perde o status que detinha desde a época colonial e também o componente gasto público que foi muito importante no processo de urbanização fluminense. Embora tenha ocorrido neste período, o processo de transferência foi gradual e só acelerou a partir de 1970.

Segundo Mauro Osório, com a transferência da capital para Brasília, a partir de 1960, a cidade do Rio de Janeiro que era grande centro de articulação nacional (político, econômico, social e cultural) sofre um processo de fratura em sua dinâmica institucional, da mesma forma que o seu interior.

Ainda de acordo com o autor: o fato de no território carioca as atenções voltarem-se para a temática nacional, a descrença com a transferência da Capital em 1960 e a forma como se organiza institucionalmente esta cidade, fazem com que, na segunda metade dos anos 50, as reflexões e proposições sobre os rumos e as estratégias da cidade do Rio de Janeiro, pós-transferência da capital, ocorram de forma bastante pobre e com pouca importância social, e também, que ocorra, a partir de 1960, uma demora na percepção da efetividade e conseqüências desse processo. (2006:8)

Nos anos 60, segundo Mauro Osório, os governos Carlos Lacerda e Negrão de Lima executaram uma política focada na indústria, especialmente na organização de distritos industriais:

Conforme defendido pela representação patronal da Guanabara, que apresenta, na prática, pouca importância dentro das prioridades e gastos governamentais, realiza-se, fundamentalmente, com base em dados e pressupostos equivocados, desfocada da história e potencialidade da região, mimética relativamente ao que ocorre na economia brasileira e internacional, e que resulta ao final da década, em um rotundo fracasso. (2006:10)

Portanto, essa política não conseguiu resolver objetivamente os problemas de “reinscrição estratégica” da Guanabara.

O autor cita Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador do primeiro governo da Guanabara e coordenador do Programa de Ações Federais no Rio de Janeiro nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso para mostrar que não houve uma estratégia correta de desenvolvimento econômico para a cidade, e mais tarde, para o Estado do Rio de Janeiro: “A criação do estado da Guanabara em si mesma não poderia dar conta das causas que determinam a decadência da cidade. Teve, entretanto, o mérito de permitir a autonomia política da cidade, cujo governo pôde, com verdadeiro empenho, tentar, ao menos, recuperar a qualidade dos serviços básicos, enfrentando, com êxito parcial, alguns dos mais agudos problemas de infra-estrutura herdados da época da dominação federal.

A verdade é que a simples autonomia política não bastava para a viabilização de um projeto de restauração substitutiva da base produtiva da cidade e de sua região, afetada com a perda irreversível da condição de metrópole nacional (...).

Redescobrir funções reorganizadoras das atividades econômicas continua sendo, assim, desde a década dos 50, o verdadeiro desafio para a cidade e de sua região. Identificá-las, agora, se inscreve, além do mais, no complexo contexto de nosso tempo, necessidade vital de nova forma de articulação do Brasil com os centros decisórios internacionais.” (Magalhães, 2001, p 4 e 5 apud Silva ,2006 p 13 e 14)

Com a transferência da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser o Estado da Guanabara, permitindo captar novos recursos com estado da federação. No entanto, esse fato não foi suficiente para mitigar os efeitos negativos com a perda da capital.

A crise pela qual passou a economia fluminense na década de 80 atingiu novas dimensões, fazendo com que o esvaziamento fosse real em quase todos os setores, diferentemente do período de 1930 a 1979, quando este foi apenas relativo.

A economia fluminense apresentou um baixo crescimento nesta década, devido à grande concentração da estrutura industrial fluminense nos setores de bens intermediários, que só complementava a estrutura industrial paulista e da nacional, fazendo com que pouco se voltasse para o mercado externo e sendo muito dependente do mercado interno.

Houve nesse período um aumento na migração da população fluminense para outras áreas do país. De acordo com Cano “a desaceleração econômica e o agravamento da crise social no Rio de Janeiro, que, desde a década de 1970 já vinha dando mostras de seus efeitos sobre as migrações tornaram o quadro ainda mais grave no período recente. Entre 1970 e 1980, admitiu 531 mil imigrantes, mas perdeu 189 mil de seus naturais”. (Cano,1996:51 apud Silva,2004:82)

Apesar de sua taxa de crescimento populacional ter sido menor que a média nacional, a economia fluminense não conseguiu manter o nível da sua renda per capita em relação à nacional, devido ao seu mau desempenho do PIB.

Portanto, a partir do momento que a economia brasileira teve sua expansão interrompida, a economia fluminense foi atingida, mantendo a sua trajetória de perdas na participação na renda nacional. Assim como o crescimento populacional fluminense que passou a ser bem menor que a média do país, reduzindo a sua participação na população nacional de 9,5% para 8,7%.

Com a ruptura desse processo de crescimento da expansão da economia nacional, o Rio de Janeiro foi atingido severamente, uma vez que era dependente do investimento público, seja pela massa salarial ou pelas empresas estatais.

Devemos assinalar que nas décadas de 1980 e 1990, houve uma redução nos investimentos das empresas estatais, e como elas eram uma fatia importante da demanda de setores essenciais da economia da economia do Estado, isso potencializou a crise fluminense.

Portanto, com a ruptura do processo de expansão nacional, o esvaziamento econômico observado na economia fluminense se aprofundou, tornando-se real em alguns setores da economia. Agora vamos descrever o desempenho dos setores econômicos da economia do Rio de Janeiro, e com foram atingidos pela crise.

3.3 - O desempenho dos setores da economia do Rio de Janeiro durante a crise

No período da crise todos os setores econômicos apresentaram perdas mais acentuadas que na década anterior. [conforme tabela 22]

A agropecuária fluminense foi confirmando a sua trajetória decadente ao longo da história econômica fluminense. A indústria perdeu participação relativa na economia nacional durante o período de 1930-80 (com exceção para a indústria extrativa mineral), sendo o setor mais atingido pela crise. Por fim, o setor terciário que teve as suas perdas acentuadas pelo impacto da transferência da capital para Brasília (perda do gasto público e da massa salarial).

3.3.1 - Setor Agropecuário

A sua agricultura fluminense agregava 34% da área utilizada para produção primária estadual, enquanto a pecuária tinha 60% dessa parcela.

Com a queda dos incentivos e do crédito rural a partir de 1980, a situação da agropecuária fluminense foi se deteriorando ainda mais. Sobral afirma que o número de estabelecimentos beneficiados em 1980 era de 13,8% e no período 1995-96 caiu para 1,3%. O autor também destaca que a baixa produtividade no setor era devido ao uso de equipamentos rudimentares e baixa tecnologia.

A participação do setor primário fluminense na década de 80 na produção nacional era de 2,0%, caindo para 1,8% em 1990. Esse fato foi favorecido pela expansão do setor em outras regiões do país e pelos problemas estruturais da agricultura fluminense.

Na década de 1980, o Rio de Janeiro continuou o processo de queda no setor agropecuário. Isso ocorreu, segundo Sobral, pelo fato do Rio de Janeiro carecer de uma grande produção voltada para exportação, portanto, os benefícios do comércio externo e das desvalorizações cambiais não eram aproveitados pelo estado. Como também não usufruía da expansão, uma vez que tinha baixa competitividade e era voltada para o mercado metropolitano.

Tabela 20 - Participação do Estado do Rio de Janeiro na Renda do Brasil por setores: 1980-1990 (%)

| <i>Setores</i> | <i>1980</i> | <i>1985</i> | <i>1990</i> |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| Agropecuária | 2,0 | 1,4 | 1,8 |
| Indústria | 11,9 | 11,8 | 10,5 |
| Serviços | 18,2 | 13,9 | 15,4 |
| Total | 13,2 | 12,4 | 12,3 |

Fonte: Apud Silva. IBGE, Contas Nacionais

O setor agropecuário apresentou queda na participação entre os períodos de 1980-85 e moderada recuperação entre 1985 e 1990.

Como já foi mencionado, esse setor da economia do Rio de Janeiro possuía alguns entraves ao seu desenvolvimento. A sua produção era voltada para o mercado metropolitano, e dotada de baixa competitividade (outras regiões no país foram beneficiadas com a expansão da fronteira agrícola).

Segundo Sobral, alguns fatores que denunciavam a derrocada da agropecuária do Rio de Janeiro estavam bem evidenciados: as condições precárias de vida no campo que resultou em uma acentuada migração rural-urbana, a urbanização acelerada pressionando sobre o uso do solo e a predominância da pecuária extensiva que diminuía a área destinada à lavoura para as pastagens e que agregava menos mão-de-obra.

A situação precária da agropecuária no estado foi acentuada neste período, pela contração do crédito rural que atingiu mais acentuadamente os pequenos produtores. Não podemos deixar de citar que o setor agropecuário fluminense era dotado de baixa tecnologia, diferentemente de outros estados brasileiros.

Portanto, podemos afirmar que o setor agropecuário no Rio de Janeiro continuou sua trajetória de perdas relativas na participação nacional, sendo mais acentuada a partir da década de 1980.

3.3.2 - Setor Industrial

Durante a primeira metade da década de 80, o processo de desconcentração produtiva continuava e promovia o aumento da importância relativa das outras regiões [Brasil – RJ/SP] no VTI (valor da transformação industrial) nacional. O setor da indústria também apresentou queda, declinando de 11,9% para 10,5% em 1990. Assim como o setor de serviços que apresentou queda de 18,2% para 15,4% em 1990.

Segundo Silva, no período entre 1970 e 1980, a participação de São Paulo no VTI nacional caiu de 56,6% para 48,9%, sendo que o Brasil menos o Rio de Janeiro e São Paulo pulou de 28,1% para 41,4%. A participação fluminense foi de 15,3% para 9,7%.

Apesar da queda na participação da indústria fluminense no VTI nacional, a indústria extrativa mineral apresentou trajetória de crescimento. A sua participação no VTI nacional entre 1980 e 1985 cresceu de 1,4% para 13,3%. No período de 1985 a 1990, a participação dessa indústria aumentou para 48,5%.

A expansão da indústria extrativa foi alavancada pela produção petrolífera na Bacia de Campos. Não podemos deixar de citar também a importância da extração de gás natural para essa expansão.

Tabela 21 - Produção de petróleo e gás natural no RJ e no Brasil (1980-1990)

| Ano | Petróleo – $10^3 m^3$ | | | GN – $10^6 m^3$ | | | Derivados * $10^3 tEP$ | | |
|------|-----------------------|-------|------|-----------------|------|------|------------------------|-------|------|
| | BR | RJ | (%) | BR | RJ | (%) | BR | RJ | (%) |
| 1980 | 10562 | 1663 | 15,7 | 2205 | 177 | 8,0 | 53883 | 10793 | 20,0 |
| 1981 | 12384 | 3130 | 25,3 | 2475 | 320 | 12,9 | 52897 | 10313 | 19,5 |
| 1982 | 15080 | 5371 | 35,6 | 3030 | 555 | 18,3 | 52608 | 10385 | 19,7 |
| 1983 | 19141 | 8432 | 44,1 | 4013 | 918 | 22,9 | 50949 | 9885 | 19,4 |
| 1984 | 26839 | 14489 | 54,0 | 4903 | 1473 | 30,0 | 54324 | 10018 | 18,4 |
| 1985 | 31710 | 19227 | 60,6 | 5467 | 1932 | 35,3 | 54919 | 10569 | 19,2 |
| 1986 | 33200 | 20239 | 61,0 | 5687 | 2119 | 37,3 | 58881 | 10592 | 18,0 |
| 1987 | 32829 | 19938 | 60,7 | 5781 | 2332 | 40,3 | 60472 | 10263 | 17,0 |
| 1988 | 32237 | 18853 | 58,5 | 6076 | 2330 | 38,3 | 59628 | 9987 | 16,7 |
| 1989 | 34543 | 20386 | 59,0 | 6105 | 2389 | 39,1 | 60141 | 9477 | 15,8 |
| 1990 | 36590 | 23171 | 63,3 | 6279 | 2584 | 41,2 | 59854 | 9793 | 16,4 |

Fonte: Apud Silva. Balanço Energético do Rio de Janeiro NUSEG-UERJ (1998)

A produção de petróleo e gás natural no Rio de Janeiro aumentou significativamente ao longo da década de 1980. A participação da produção de petróleo era 15,7% em 1980, passando para 63,3% em 1990. A de gás natural saltou de 8,0% em 1980 para 41,2% em 1990. Por outro lado, a produção de derivados de petróleo caiu de 20,0% em 1980 para 16,4% em 1990.

Tabela 22 – Total de ocupados no setor industrial (em mil pessoas) e participação relativa nacional (%):

| | 1970 | | 1980 | | 1991 | |
|---------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Total | % | Total | % | Total | % |
| SP | 1013 | 29,79 | 2001 | 27,8 | 1881 | 21,6 |
| RJ | 348 | 10,2 | 621 | 8,6 | 584 | 6,7 |
| BH | 79 | 2,3 | 199 | 2,8 | 262 | 3,0 |
| Salvador | 43 | 1,3 | 97 | 1,3 | 110 | 1,3 |
| Fortaleza | 36 | 1,1 | 102 | 1,4 | 145 | 1,7 |
| Recife | 73 | 2,1 | 134 | 1,9 | 141 | 1,6 |
| Belém | 18 | 0,5 | 45 | 0,6 | 49 | 0,6 |
| Curitiba | 44 | 1,3 | 115 | 1,6 | 159 | 1,8 |
| Porto A | 126 | 3,7 | 278 | 3,9 | 355 | 4,1 |
| Brasil | 3406 | 100 | 7188 | 100 | 8714 | 100 |

Fonte: Apud Ana Claudia N. S. Loureiro. IBGE (Censos Demográficos, vários anos)

Como citado anteriormente, o setor industrial teve a maior perda. Pela tabela acima podemos observar que as demais regiões se desenvolveram a partir da década de 70, que foi um período de grande desenvolvimento industrial, resultando num processo de desconcentração industrial.

No Rio de Janeiro, o emprego na indústria cresceu, porém em ritmo mais lento que as principais regiões brasileiras. Na década de 70, a taxa de participação relativa nacional no Rio de Janeiro foi de 10,2%, em São Paulo foi de 29,79. Na década seguinte, o Rio de Janeiro apresentou taxa de 8,6% contra 27,8 % de São Paulo.

Não podemos esquecer que a produção do Rio de Janeiro era fortemente voltada para o mercado interno nacional e regional, com poucos setores voltados para o mercado exterior. A partir do momento em que processo de expansão da economia brasileira foi rompido, o Rio de Janeiro sofreu perdas maiores de participação na renda nacional.

A característica principal da indústria fluminense era a expressiva participação de empresas estatais, e com a redução dos gastos na década de 1980, essas empresas tornaram-se parte expressiva do esvaziamento econômico fluminense.

.Tabela 23 - Participação no VTI nacional (%)

| <i>Ramos/Estados</i> | <i>RJ</i> | | <i>SP</i> | | <i>MG</i> | |
|----------------------|-----------|------|-----------|------|-----------|------|
| | 1970 | 1985 | 1970 | 1985 | 1970 | 1985 |
| BCND | 16,2 | 9,2 | 52,9 | 43,9 | 5,7 | 6,6 |
| BI | 16,7 | 10,6 | 54,0 | 49,8 | 9,5 | 11,5 |
| BCD/BK | 12,8 | 7,8 | 76,0 | 66,4 | 2,8 | 5,0 |
| TODOS | 15,7 | 9,5 | 58,1 | 51,9 | 6,4 | 8,3 |

Fonte: Apud Sobral. IBGE, Censos Industriais de 1970 e 1985

Como dito anteriormente, o processo de desconcentração industrial promovido pelo governo da década de 1970, alterou um pouco a dinâmica industrial, direcionando atividades econômicas para as regiões periféricas.

Pela tabela acima, podemos observar que o Rio de Janeiro perdeu significativamente participação em todos os ramos da indústria. Sua indústria de transformação apresentou queda na participação relativa no VTI nacional de 15,7% em 1970 para 9,5% em 1985. São Paulo também apresentou perdas no período, ainda que mantivesse uma participação bem superior à fluminense. Por outro lado, o estado de Minas Gerais apresentou um discreto crescimento no período.

No período de 1980-85, o grupo de Bens Intermediários teve um discreto aumento na participação relativa do VTI nacional. Com destaque para os segmentos Borracha e Química (este último impulsionado pela expansão da produção energética).

Por outro lado o grupo de Bens de Consumo não Duráveis teve perda de participação em quase todos os seus segmentos, com exceção de Vestuário e Artefatos de Tecidos. E o grupo de Bens de Consumo Duráveis+Bens de Capital apresentou queda em todos os seus segmentos.

Segundo Sobral, a estrutura da indústria de transformação no Rio de Janeiro manteve a concentração em Bens Intermediários e desconcentração em Bens de Consumo não Duráveis. O grupo de Bens de Consumo Duráveis+Bens de Capital teve sua participação relativa reduzida, diferentemente da década anterior.

Com a crise da economia nacional, a indústria de transformação fluminense passou por diversas mudanças. Sobral destaca as principais:

O sucateamento e um quadro substancial de demissões na indústria de Material de Transportes. Além do fim da FNM, [empresa estatal] iniciou-se uma crise severa e de longa duração na Construção Naval diante da diminuição da gama de incentivos públicos.
Os impasses para a expansão da Siderurgia com o elevado endividamento imposto as empresas estatais como forma de pagar os serviços da dívida externa nacional, além do adiamento de planos de expansão e desativação de algumas linhas de produção.
A inviabilização do pleno desenvolvimento da Petroquímica;
A desestruturação (e possível transferência para outros estados) de diversos empreendimentos que sustentavam anteriormente uma ampla diversificação de atividades voltadas para o mercado metropolitano. (2007:86)

Portanto, a indústria de transformação fluminense, além de ter dificuldades para desenvolver segmentos de ponta nos ramos de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital, perdeu a sua capacidade de criar um “dinamismo econômico mais generalizado” (Sobral, 2007:86).

Por outro lado, a indústria extrativa mineral confirmava a sua trajetória de crescimento.

A crise dos anos 80 atingiu o setor industrial fluminense fortemente, ocorrendo perdas absolutas, embora em alguns segmentos tenha sido verificado algum crescimento, mas que não foram capazes de reverter o quadro de estagnação no qual a indústria se encontrava. Embora a partir da segunda metade da década de 1980, se verifica certa recuperação da indústria de transformação, ao longo da década de 1980 apresenta evidências de declínio.

3.3.3 - Setor Terciário

No processo de formação econômica regional, o setor terciário desempenhava papel importante nas atividades efetuadas em escala nacional.

No Rio de Janeiro, o setor de serviços no período de 1980 e 1990, continuou a ter perdas relativas na economia nacional, caindo de 18,2% para 15,4% [Tabela 22].

O setor de serviços declinou num ritmo mais lento que o industrial. Na década de 1970, a taxa de ocupados na região metropolitana do Rio de Janeiro era de 14,7%, já na década de 1980 caiu para 8,3%.

Em São Paulo, a taxa não sofreu alteração (15,1%) nas duas décadas. Nas outras regiões, a variação foi bem pequena, para mais ou para menos.

Tabela 24 – Total de ocupados no setor de serviços nas regiões metropolitanas (em mil pessoas) e participação relativa nacional (%):

| <i>Região</i> | <i>1970</i> | | <i>1980</i> | | <i>1991</i> | |
|----------------|-------------|------|-------------|------|-------------|------|
| | Total | % | Total | % | Total | % |
| São Paulo | 1618 | 15,1 | 2865 | 15,1 | 3988 | 13,3 |
| Rio de Janeiro | 1579 | 14,7 | 1579 | 8,3 | 2930 | 9,8 |
| Belo Horizonte | 356 | 3,3 | 642 | 3,4 | 998 | 3,3 |
| Salvador | 241 | 2,3 | 409 | 2,2 | 683 | 2,3 |
| Fortaleza | 183 | 1,7 | 360 | 1,9 | 597 | 2,0 |
| Recife | 318 | 3,0 | 511 | 2,7 | 725 | 2,4 |
| Belém | 84 | 0,8 | 227 | 1,2 | 363 | 1,2 |
| Curitiba | 172 | 1,6 | 335 | 1,8 | 538 | 1,8 |
| Porto Alegre | 353 | 3,3 | 615 | 3,2 | 887 | 3,0 |
| Brasil | 10.729 | 100 | 18.954 | 100 | 30.021 | 100 |

Fonte: Apud Ana Cláudia S. N. Loureiro. IBGE (Censos Demográficos, vários anos)

Podemos observar na tabela acima que o Rio de Janeiro perdeu participação relativa no total de ocupados entre as décadas de 1970 e 1980, apresentando um crescimento a partir de 1991 (9,8%). A maior parte das regiões metropolitanas apresentou crescimento.

Tabela 25 - Participação do Setor Terciário na Renda Nacional (%)

| <i>Gênero</i> | <i>1985</i> | <i>1986</i> | <i>1987</i> | <i>1988</i> | <i>1989</i> |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Adm Pública | 18,4 | 14,5 | 15,8 | 14,4 | 10,8 |
| Alojamento e Aliment | 17,0 | 14,7 | 14,7 | 15,3 | 14,4 |
| Aluguéis | 17,9 | 17,2 | 13,8 | 16,0 | 17,6 |
| Comércio | 10,7 | 10,1 | 10,3 | 10,1 | 8,1 |
| Comunicação | 26,9 | 27,3 | 26,3 | 25,0 | 26,5 |
| Intermediação Financ. | 17,4 | 17,4 | 17,4 | 17,4 | 16,8 |
| Outros serviços | 27,1 | 28,0 | 24,4 | 22,2 | 23,5 |
| Saúde e Educ. Merc. | 12,3 | 11,3 | 11,8 | 12,4 | 11,2 |
| Serviços domésticos | 16,5 | 16,2 | 17,4 | 17,1 | 15,6 |
| Transp e Armazenagem | 14,5 | 12,0 | 12,1 | 11,3 | 11,1 |

Fonte: Apud Silva. IBGE (Contas Nacionais, diversos anos)

Durante o período acima todos os gêneros do setor terciário apresentaram queda na participação da renda nacional. Os maiores destaques negativos vão para o setor de administração pública, que caiu de 18,4% em 1985 para 10,8% em 1989, assim como o comércio que passa de 10,7% para 8,1% no mesmo período. O impacto da transferência da capital sobre o setor de serviços é claro: diminuição da participação da administração pública fluminense e do comércio [que reflete a evolução da renda regional].

Por outro lado, segundo Silva, a participação do setor de serviços na renda estadual cresceu 72% para 74%. Sendo o setor de Administração Pública o que teve o crescimento mais expressivo (11,3% para 16,2%).

Ainda segundo o autor, a participação do Rio de Janeiro no comércio interno do país no período entre 1980 e 1985, declinou. O Rio de Janeiro em 1980 detinha um 9,6% do total de estabelecimentos contabilizados no país, no que se refere à participação de pessoal ocupado e receita, as taxas eram 13,3% e 13,4%, respectivamente. A partir de 1985, o número de estabelecimentos caiu para 8,8%, o pessoal ocupado declinou para 12,2% e a receita para 10,9%.

A partir de 1980 (conforme tabela 28), a participação de Brasília no PIB da Administração Pública começa a ser mais expressiva. No Rio de Janeiro já começa a declinar a partir de 1970 com 27% de participação, e mantém essa trajetória nas próximas décadas com as transferências dos órgãos governamentais (Legislativo, Justiça, Segurança Pública, etc.) para Brasília.

Tabela 26 - Participação relativa (%) do Estado do Rio do Janeiro e de Brasília no PIB nacional da Administração Pública

| <i>Região</i> | <i>1960</i> | <i>1970</i> | <i>1980</i> | <i>1990</i> |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Rio de Janeiro | 36,2 | 27,0 | 21,4 | 16,4 |
| Brasília | 0,0 | 4,8 | 7,5 | 6,8 |

Fonte: Apud Ana Claudia N. S. Loureiro. IPEADATA (IPEA 2005)

Silva afirma que nos anos 1980, fortaleceu a idéia de que a economia fluminense estava num processo de esvaziamento econômico. Começou-se a falar também em “esvaziamento financeiro”.

Esse esvaziamento teria acelerado nos anos 60, com o início do processo de transferência da capital federal para Brasília, quando importantes instituições migraram para a nova capital, como a sede do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; assim, como a transferência de várias instituições financeiras para São Paulo.

No período entre 1980 e 1990, houve um decréscimo do número de instituições financeiras privadas no Rio de Janeiro (sete para seis), enquanto em São Paulo houve um aumento (vinte e três para vinte e cinco) e um aumento de bancos públicos (um para dois).

Observamos na tabela abaixo a trajetória de perdas do Rio de Janeiro até a década de 1990. Na década de 1950 o Rio de Janeiro já perde posição de centro financeiro para São Paulo.

Tabela 27 – Participação relativa (%) dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo no PIB de Instituições Financeiras

| <i>Estado</i> | <i>1939</i> | <i>1950</i> | <i>1960</i> | <i>1970</i> | <i>1980</i> | <i>1990</i> |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| RJ | 38,5 | 28,3 | 25,9 | 25,0 | 19,6 | 13,2 |
| SP | 32,8 | 32,7 | 35,3 | 37,7 | 36,1 | 35,7 |

Fonte: Apud Ana Cláudia N. S. Loureiro. IPEADATA (IPEA, 2005)

Em relação às operações com Bolsas de Valores ocorridas na década de 1980, a participação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro teve uma queda de 45,9% para 39,4%. Por outro lado, a participação de São Paulo aumentou de 54% para 60,6%.

Apesar de o setor terciário ser o mais importante para a economia fluminense, durante a década de 1980, no que se refere à geração de renda e emprego, o Rio de Janeiro continuou sua trajetória de perdas relativas na economia nacional neste setor.

Como Sobral afirma: ...uma séria crise econômica somada aos problemas estruturais relacionados à incapacidade de maior absorção de mão-de-obra na agropecuária e na indústria de transformação redundou em um “terciário inchado” que significou uma situação de subemprego e de exclusão social. Apesar dessa inchação favorecer uma funcionalização da pobreza ao baratear a força de trabalho, não impediu que o setor de serviços reduzisse sua capacidade de realimentar dinamicamente o resto da economia. Dito em outras palavras, vai se tornando uma “válvula de escape” para o arrefecimento da acumulação produtiva e a degradação do mercado de trabalho, porém sem ocultá-los. (2007:81)

Podemos afirmar que os fatores que contribuíram para a grande crise da década de 80 no Rio de Janeiro foram a ruptura do processo de expansão da economia nacional, uma vez

que, como dito anteriormente, a economia carioca era fortemente dependente da nacional e a transferência da capital para Brasília. Além desses fatores, como vários autores destacam, não houve uma política adequada no Rio de Janeiro para tentar amenizar os efeitos da transferência.

Segundo Mauro Osório, outro fator que contribuiu para a crise foi a não construção de uma institucionalidade voltada ao desenvolvimento da região. Não existiu uma política local forte voltada para a região, pois os interesses políticos e econômicos ainda estavam vinculados à política nacional, também havendo uma demora na percepção das conseqüências da perda da capital.

A crise da economia fluminense dura até 1995, quando começa a ocorrer a inflexão econômica positiva, segundo Natal. Não era um quadro de alto crescimento econômico, mas a economia começava a apresentar sinais de recuperação.

CONCLUSÃO

Procurou-se neste trabalho analisar a evolução da economia do Rio de Janeiro durante o processo de substituição de importações (1930-1980). Procurando por em evidência algumas das especificidades que caracterizaram sua trajetória econômica.

O Rio de Janeiro passa a desempenhar um papel fundamental na economia nacional desde a época colonial quando, depois de ter-se tornado o principal porto de exportação do ouro, transforma-se no principal centro político do país. A importância dessa função [capitalidade] marca sua evolução econômica posterior. Torna-se o centro logístico do país, sofre grandes transformações urbanas e sociais e passa a ser a sede do gasto público e investimentos (infra-estrutura urbana e de serviços), tornando-se a maior economia urbana do país.

As expressivas funções desempenhadas pela cidade, sede dos gastos públicos, influenciaram sua dinâmica econômica. Permitiram que a economia estadual se mantivesse dinâmica durante a crise do ciclo do ouro e também posteriormente, durante a decadência da Economia Cafeeira fluminense. Após a crise da cafeicultura, o interior do estado não pôde usufruir desse alento: a separação da capital (elevada à condição de município neutro) em 1834 delimitou a área privilegiada do gasto público e acentuou as diferenças entre a cidade com os benefícios da sua capitalidade e o interior “abandonado”.

Ainda na fase agroexportadora, desenvolve-se um processo inicial de industrialização, voltado ao atendimento de parte da demanda gerada pelo complexo comercial-exportador cafeeiro e pelas funções administrativas da cidade. Nessa fase, em função da importância da renda regional o Rio de Janeiro conquista o posto de principal centro industrial, construindo uma indústria bem diversificada e concentrada no setor de bens de consumo não duráveis (especialmente têxtil e alimentação). A expansão e o maior dinamismo do complexo cafeeiro paulista vão reduzindo, pouco a pouco, a centralidade industrial do RJ. Entre os censos industriais de 1907 e 1919, a economia fluminense perde posição para São Paulo, tornando-se o segundo pólo industrial do país.

Uma importante especificidade que contribuiu para a perda da hegemonia industrial para São Paulo foi o domínio do modo de produção cafeeira escravista que limitou a expansão

do mercado consumidor fluminense. Enquanto São Paulo tinha na mão-de-obra imigrante seu diferencial para incrementar a produção industrial e a acumulação produtiva.

Na primeira fase da industrialização – industrialização restringida – processa-se a integração do mercado interno brasileiro, que se faz principalmente a partir de São Paulo e secundariamente do Rio de Janeiro. Ambas as economias estaduais crescem, mas o dinamismo da economia paulista é maior e ela concentra em seu território parcelas crescentes da produção industrial nacional.

Na fase pesada da industrialização (1956-80), as vantagens quantitativas da indústria paulista se transformam em diferenças qualitativas. A indústria de bens de consumo durável e de bens de capital, intensivas em ligações inter industriais, se concentra em São Paulo. Este passa a apresentar uma estrutura diversificada de bens de capital e bens de consumo duráveis e o Rio de Janeiro se torna, sobretudo, fornecedor de bens intermediários para São Paulo e para o Brasil, acentuando a sua característica de economia voltada para a demanda nacional.

Duas outras evoluções importantes marcam a trajetória da economia fluminense. No período de 1970-80, o Rio de Janeiro perde participação no setor de bens de investimentos por causa do processo de desconcentração industrial promovido pelo governo federal, visando acelerar o processo de substituição de importações. A capital do país se transfere para Brasília.

Durante todo o período estudado (1930-1980), como vimos, a economia fluminense e sua indústria crescem e se diversificam, mas perdem participação relativa na média nacional em todos os seus setores econômicos. Embora houvesse expansão, essa estava abaixo da média paulista e nacional. Esse processo, muitas vezes denominado “esvaziamento relativo” não é, entretanto linear. Como visto acima, passa por diferentes fases e dinâmicas.

A partir de 1980, com a ruptura do processo de expansão da economia brasileira, o Rio de Janeiro mergulhou numa crise que vai se entender até meados da década de 1990, por isso denominado por Natal de longa duração. Neste período todos os setores produtivos perderam participação relativa na economia nacional e alguns sofrem queda absoluta de produção. Podemos afirmar que o Rio de Janeiro foi o estado mais afetado pela crise nacional.

Alguns fatores determinaram os acentuados efeitos negativos na economia fluminense durante a crise: a forte dependência do Rio de Janeiro diante da economia nacional – seu papel de fornecedor de bens intermediários - a perda do posto de capital para Brasília, e seu fraco desempenho na produção agro-industrial.

É importante salientar a perda da posição de capital federal para Brasília, pois após quase duzentos anos com centralidade política e econômica, a economia fluminense sofreu perdas irreparáveis, pois deixou paulatinamente de usufruir do gasto público (investimentos, gastos governamentais, massa salarial) ao longo do processo se acelerou a partir de 1970.

A crise foi real em todos os setores da economia fluminense, ou seja, todos apresentaram perdas acentuadas. A agropecuária continuou seu processo de declínio, a indústria acentuou as suas fragilidades apresentadas ao longo do processo de industrialização brasileira (sendo o setor mais atingido pela crise) incentivada pela desconcentração industrial promovida na década de 1970, e o setor de serviços também apresentou queda em todos os ramos (o impacto da transferência da capital para esse setor foi grande – diminuição da participação na renda nacional dos ramos de administração pública e comércio).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. ; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Análise da Organização Espacial da Indústria na Região Sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1-4, p. 61-108, 1993.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo. Editora. UNESP, 2007,3 Edição.
- EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. *Reflexões sobre espaço e periodização: Origens da indústria do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979
- FURTADO, Celso. *FORMAÇÃO ECONÓMICA DO BRASIL*. São Paulo: Editora Nacional, 2005, 32 Edição.
- IBGE. *Censo Demográfico: vários anos*. Rio de Janeiro. IBGE. 1996. Formato Digital.
- SISTEMA de Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro:
- SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO DE DADOS. <http://www.sidra.ibge.gov.br/> acessado em agosto de 2010.
- LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva. *Rio de Janeiro, uma análise da perda recente de centralidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, (Dissertação de Mestrado).
- NATAL, Jorge Luiz Alves: *O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social* /Jorge Natal, [colaboradores, Alberto de Oliveira, Luciano Mendonça, Maurício Silva]. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.
- NATAL, Jorge L. A. (Coord.). *O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI – história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento*. Relatório de Pesquisa. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.
- SILVA, Mauro Osório. *A crise do Rio e suas especificidades*, p. 1 -23, 2006, web. observatório das metrópoles.net/índex. Acesso em: agosto de 2010.

SILVA, Robson Dias. Rio de Janeiro: Crescimento, transformação e sua importância para a economia nacional (1930-2000). Dissertação (Mestrado). IE/UNICAMP, Campinas, 2004.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. *A desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do Rio de Janeiro - 1970/2006*. Dissertação (Mestrado). IE/UNICAMP, Campinas, 2007.